



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Instituto de Letras

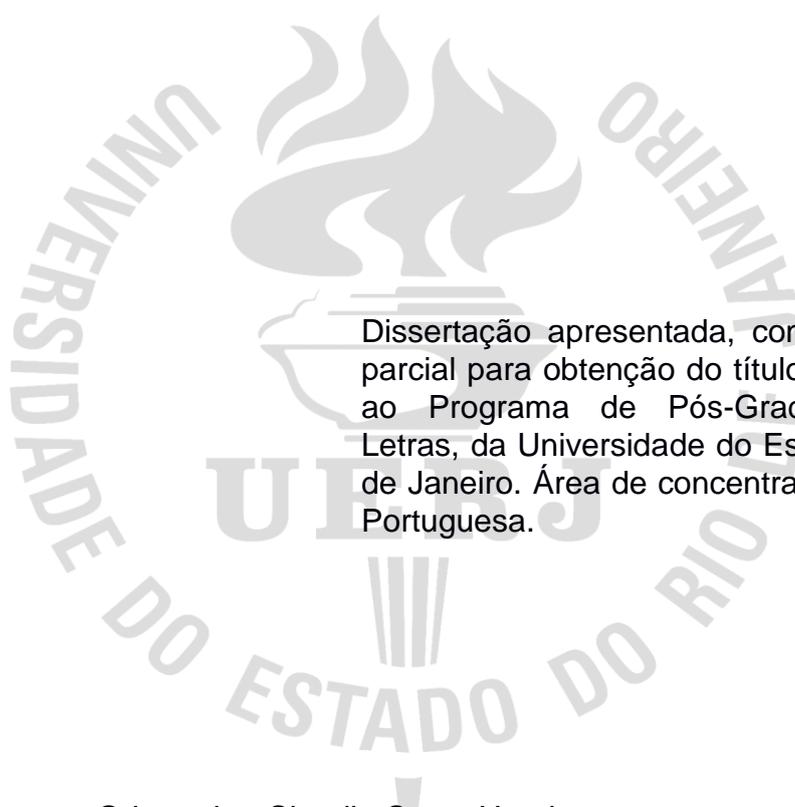
Jesen Baptista dos Santos Júnior

**Palavras denotativas, uma classe à parte: da tradição moderna à
moderna tradição**

Rio de Janeiro
2002

Jesen Baptista dos Santos Júnior

**Palavras denotativas, uma classe à parte: da tradição moderna à moderna
tradição**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Língua Portuguesa.

Orientador: Claudio Cezar Henriques

Rio de Janeiro

2002

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/B

S237	<p>Santos Júnior, Jesen Baptista dos. Palavras denotativas, uma classe à parte: da tradição moderna à moderna tradição / Jesen Baptista dos Santos Júnior. – 2002. 94 f.</p> <p>Orientador: Claudio Cezar Henriques. Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Letras.</p> <p>1. Língua portuguesa - Gramática - Teses. 2. Língua portuguesa – Palavras e expressões – Teses. 3. Língua portuguesa - Sintaxe – Teses. I. Henriques, Claudio Cezar, 1951-. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras. III. Título.</p> <p>CDU 806.90-5</p>
------	---

Bibliotecária: Mirna Lindenbaum. CRB7 4916

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Jesen Baptista dos Santos Júnior

**Palavras denotativas, uma classe à parte: da tradição moderna à moderna
tradição**

Dissertação apresentada, como requisito para a obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: Língua Portuguesa.

Aprovada em 17 de julho de 2002.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Claudio Cezar Henriques (Orientador)
Instituto de Letras – UERJ

Prof. Dr. Antonio Carlos Siqueira de Andrade
Instituto de Letras – UERJ

Prof^a. Dra. Norimar Pasini Mesquita Júdice
Universidade Federal Fluminense

Rio de Janeiro

2002

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Jesen e Darcy, pelo apoio permanente.

Aos meus filhos, Cláudio, Matheus e Nathalia, que pouco ou nada entendem.

Ao professor Claudio Cezar Henriques, pela orientação segura e bem-humorada.

À Fundação Carlos Chagas Filho de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

Ao povo, sem o qual a língua não existe.

RESUMO

SANTOS JÚNIOR, Jesen Baptista dos. *Palavras denotativas, uma classe à parte: da tradição moderna à moderna tradição*. 2002. 94 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

Este trabalho procurou balizar a complexa rede interdiscursiva gramatical que sedimenta a única “classe” criada/reconhecida pela Nomenclatura Gramatical Brasileira, a das palavras denotativas, que não são advérbios, não são conjunções, não são preposições, embora guardem delas traços categorizantes comuns. Instaurada em 1959, através de portaria do Ministério da Educação, em que um poder legítima e legaliza um saber, oferece-se a Nomenclatura Gramatical Brasileira como porto seguro oficial no turbulento universo terminológico da tradição gramatical brasileira. Num duplo movimento discursivo, já que seu escopo máximo é o estudo sintático da frase, a Nomenclatura Gramatical Brasileira reconhece, não obstante, uma categoria que está para “além” da frase verbal, apontando para as instâncias do discurso e da dialética falante/ouvinte. Concomitantemente, revela-se o que se denominou o “retorno do recalque”, com as novas interpretações pós-NGB a retomar de forma (in)consciente o discurso linguístico pré-NGB sobre os impasses revelados por essa “classe inominada”. O resultado final é um esboço classificatório desta classe fundamentado em noções dos três grandes territórios do saber gramatical.

Palavras-chave: Classe. Sintaxe. Discurso

ABSTRACT

SANTOS JÚNIOR, Jesen Baptista dos. *Fluid grammatical class words: from modern tradition to modern tradition*. 2002. 94 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

This work sought to mark out the complex interdiscursive grammar network that sediments the only "class" created/recognized by the Brazilian Grammatical Nomenclature, that of denotative words, which are not adverbs, are not conjunctions, are not prepositions, although they bear common categorizing traits. Established in 1959, through an ordinance of the Ministry of Education, when an instance of State power legitimizes and officially legalizes a knowledge, the Brazilian Grammar Nomenclature offers as a safe haven in the turbulent terminological universe of the Brazilian grammatical tradition. In a double discursive movement, since its maximum scope is the syntactic study of the phrase, the Brazilian Grammatical Nomenclature recognizes nevertheless a category that is for "beyond" the verbal phrase, pointing to the instances of the discourse and dialectic of the speaker/listener. Concomitantly, what has been termed the "return of repression" is revealed, with the new post-NGB interpretations to (in)conscious resumption of the pre-NGB linguistic discourse on the impasses revealed by this "unnamed class". The result is a classificatory sketch of this class based on notions of the three great territories of grammatical knowledge.

Keywords: Class. Syntax. Speech

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1 A CONJUNÇÃO SABER-PODER NA NGB	11
2 A CLASSIFICAÇÃO DOS VOCÁBULOS À PARTE	22
3 A MODERNA TRADIÇÃO	31
4 A TRADIÇÃO E A MODERNIDADE NA NGB	48
5 A MODERNIDADE DA TRADIÇÃO	56
CONCLUSÃO	73
REFERÊNCIAS	78
ANEXO A	80
ANEXO B	81
APÊNDICE	91
ÍNDICE ONOMÁSTICO	92

INTRODUÇÃO

Pretende este trabalho delinear os papéis históricos desempenhados pela tradição gramatical, pela NGB e pelo moderno revisionismo linguístico na caracterização das palavras de “classificação à parte”. Registrar-se-ão e comentar-se-ão pontos de vista que, ao longo da história da teoria sobre os fatos da língua e da prática de seu ensino, determinaram a concepção e a interpretação de fenômenos que envolvem o modo como o falante intervém no enunciado que produz, e a progressão textual que tais vocábulos asseguram ao discurso.

Objetivou-se, por um lado, menos que produzir novidades, recolher e documentar a prática teórica pré-NGB, afastando-a do imerecido esquecimento a que foi relegada, e, por outro, restaurar o lugar da NGB na esfera da produção/divulgação de conhecimentos sobre a língua. Percebeu-se ainda que a instauração da NGB como referência comum de nomeação de conceitos foi o resultado da articulação “positiva” entre poder e saber. A sua consolidação deveu-se a um contexto em que se exerceu uma “estratégia de sedução” centrada na simplificação/simplicidade dos termos que nomeavam os fenômenos gramaticais.

Quanto ao primeiro aspecto, investigaram-se gramáticos que, em momentos históricos distintos, assinalaram a existência de advérbios, preposições e conjunções que não se comportavam de acordo com a própria conceituação por eles produzida, e as soluções para as incompatibilidades que tais vocábulos introduziam no quadro classificatório da estrutura da língua. Foi ainda observável que, nesse primeiro momento de produção teórica, o autor da gramática fundava a sua individualidade também na geração de nomenclatura que o distinguisse dos demais, ou seja, a legitimação de seu discurso científico passava pela imagem do estudioso-demiurgo, criador de seu próprio universo terminológico.

Quanto ao segundo aspecto, intentou-se ressaltar a rede de relações entre o poder e o saber que constituiu o solo de onde foi gerada a NGB e de onde se instaurou a unidade terminológica vigente ainda na prática de ensino escolar; indicar a diversa função destinada ao gramático nessa nova organização de discursos, em que a individualidade autoral cede lugar ao anonimato do divulgador/comentador da

nova nomenclatura única; e sublinhar em obras distintas a percepção do fenômeno das palavras de classificação à parte, que passam a denominar-se denotativas.

Além das preocupações supracitadas, examinaram-se textos das mais atuantes correntes do pensamento linguístico nacional, que se caracterizam pela rejeição total ou parcial aceitação da NGB e pelo que se denominou “retorno do recalque”, a fim de se detectarem vínculos entre a modernidade e a tradição gramatical, mormente a pré-NGB, que não se limitassem à multiplicidade de denominações para os mesmos fenômenos.

Em linhas gerais, a tradição gramatical pré-NGB via no advérbio um **modificador** do verbo, do adjetivo e do próprio advérbio. Tal caráter estendia-se excepcionalmente a outras classes gramaticais, como ao substantivo e ao pronome. Poucos gramáticos consideravam que tal fenômeno indicasse propriedades peculiares dessas palavras que as relacionam mais às condições de produção dos enunciados do que com o comum inventário de circunstâncias arrolado por eles. As possíveis relações que o enunciador mantinha com o seu enunciado não faziam parte do seu quadro “epistemológico” de questões. O limite da análise era o período, ao qual submetiam à descrição, segundo postulados mais ou menos comuns, que se reverberavam através de uma prática denominativa que privilegiava a originalidade autoral, condutora a uma multiplicidade de nominações para fenômenos idênticos.

A NGB, um rol de termos identificadores de fenômenos fonéticos (e fonológicos), morfológicos e sintáticos, embora tenha fixado as classes de verbos, substantivos, adjetivos, advérbios, pronomes, numerais, artigos, preposições, conjunções e interjeições, preocupou-se com a conceituação de um tipo de vocábulos que, curiosamente, deixou inominado, o das “palavras denotativas”, cujos integrantes apontam para regiões que se situam nos limites da oração ou do período.

Uma característica da NGB frequentemente esquecida é o fato de que deixou ela a critério do gramático estabelecer a conceituação do “nome científico” que oferecia. Como se pôde perceber, a renomeação dos fenômenos não afetou em grande parte a tradição dos conceitos pré-NGB. Quanto às “denotativas”, diferentemente da tradição gramatical que as via como partícipes principalmente da classe dos advérbios (apesar de seu comportamento atípico, caso se considere a

própria definição de advérbio que essa tradição esposava), preceitua a NGB uma individualidade classificatória, relendo a tradicional concepção de advérbio. Com a NGB, consolidou-se a visão morfossemântica do advérbio como um modificador invariável de verbo, adjetivo ou advérbio. Tal modificação implicava o acréscimo de uma circunstância qualquer ao termo nuclear ao qual se adjungia o advérbio periférico.

Mas as “palavras denotativas” insurgiam-se contra a delimitação normativa. Elas modificavam substantivos, numerais, pronomes etc. Elas modificavam o próprio enunciado, indiciando a “assinatura” do enunciador (locutor). Elas “costuravam” o texto. Não, as denotativas não eram só advérbios, pelo menos funcionalmente, pragmaticamente, discursivamente. Elas apontavam para além da frase. Elas traziam à superfície a dimensão latente da subjetividade.

O empenho dos “velhos” gramáticos em capturar e enquadrar essa anomia patente no quadro categorial que forjavam registra a “ingenuidade” positivista de seus conceitos, e, daí, a multiplicação de circunstâncias adverbiais. O rigor cientificista moderno não admite os “às vezes”, tão comum nas suas definições. E há, mesmo no seio desse saber “velho”, tentativas de reformulação do paradigma conceitual, como se verá em Oiticica e Martinz Aguiar, por exemplo.

A NGB desempenhou estreito papel ideológico na unificação da nomenclatura gramatical através do que se denominou “sugestão de consenso”. Ainda que fosse uma ação articulada pelo Estado, a sua consolidação demandou a implementação de uma estratégia de sedução cujo resultado mais palpável é o apagamento da autoria, vale dizer, o abandono por parte dos gramáticos de preocupações em relação ao vezo denominativo e sua aceitação da plataforma uniformizadora dos nomes dos conceitos linguísticos. Assim, a avaliação da gramática pende do “qualitativo”, presente nas obras pré-NGB como produção pormenorizada de explicações teóricas, para o “quantitativo” dos casos comentados pela massa dos autores que seguem o novo quadro classificatório.

É sobejamente conhecido e reconhecido que as modernas perquirições sobre os fatos linguísticos tendem a desqualificar o cânone gramatical consolidado pelas obras vazadas com a letra e o espírito da NGB. Sobrelevam-se, assim, as suas incongruências e minimizam-se os seus acertos. As palavras denotativas são, num

efeito de “desrecalcamento”, reintegradas à classe dos advérbios. A própria noção de advérbio ganha complexidade sintático-semântica e discursiva que obriga à reorganização do seu paradigma. Procedem daí quanto à existência de tal classe, observando que a descrição minuciosa das relações semântico-discursivas desempenhadas pelos chamados advérbios parece confirmar o ponto de vista que assevera estarem ao abrigo da classe de advérbios palavras que caberiam, talvez, em classe outra — o que confirmaria a “intuição” da NGB. Um sintoma desse fenômeno revisionista é causar efeito contraproducente no seu eventual leitor envolvido com o ensino, baralhando conceitos mal assimilados com a prática centrada na NGB que o leva a confundir a aplicação de terminologia voltada para a teoria linguística com a divulgação e vulgarização em sala de aula de modelo adequado da descrição dos fatos da língua.

1 A CONJUNÇÃO SABER/PODER NA NGB

A adoção da Nomenclatura Gramatical Brasileira “no ensino programático da Língua Portuguesa e nas atividades que visem à verificação de aprendizado, nos estabelecimentos de ensino” foi recomendada pela Portaria n36, de 28 de janeiro de 1959, assinada pelo ministro de Estado da Educação e Cultura Clóvis Salgado, que, em 1957, reuniu uma comissão de

renomados professores do Colégio Pedro II — estabelecimento oficial da rede federal de ensino, a saber: Antenor Nascentes (Presidente), Carlos Henrique da Rocha Lima (Secretário), Clóvis do Rêgo Monteiro, Cândido Jucá (filho), Celso Ferreira da Cunha, Antônio José Chediak, Serafim da Silva Neto e Silvio Edmundo Elia, os três últimos como Assessores. Os cinco titulares da Comissão eram professores catedráticos de Português do Colégio Pedro II (Henriques, 1999, ps.21-2).

a fim de elaborar “uma terminologia simples, adequada e uniforme” para os estudos gramaticais do Português em território nacional, cujas normas de trabalho consignavam (Henriques, 1999):

I – as deliberações serão tomadas pelo voto da maioria;

II – a escolha de cada um dos nomes se fará depois de realizado o levantamento das várias designações correntes nas obras de autores nacionais consagrados;

III – tal seleção atenderá a tríplice aspecto:

- a exatidão científica do termo;
- a sua vulgarização internacional;
- a sua tradição na vida escolar brasileira.

IV – eliminar-se-ão as denominações múltiplas, optando-se por aquela que além de mais simples, for de uso mais geral.

Assim, já no seu nascedouro, a NGB intentava simultaneamente responder aos anseios de objetividade, cientificidade e clareza na explicitação metalinguística do sistema do Português e instaurar-se como liame, legitimado pelo Estado, entre a tradição investigativa da ciência e a tradição ideológica de ensino.

A ruptura que se procurava implementar com a recomendação e o aconselhamento da NGB situava-se não tanto no plano das ideias, mas na formalização dessas ideias. A NGB representava, então, por um lado, o ponto final

dum processo de luta teórica e, por outro, a ponte que garantiria a continuidade ideológica entre o transitório da ciência e o perene da tradição de ensino escolar, que, naquele momento, por vias tortuosas, talvez, combatesse.

Vale, ainda, ressaltar que a NGB foi produzida como instrumento de intervenção em território eminentemente ideológico de disseminação dos aspectos estruturais da língua portuguesa: a sala de aula. Ei-lo configurado nas palavras de Olmar Guterres (cf. Horácio Rolim de Freitas, 1996, p. 99): “A Nomenclatura respondeu a antigos anseios de professores de Português e foi especialmente feita para os níveis primário e médio de ensino — o que hoje, novamente batizado pela lei, é o ensino de 1 e 2 graus.”

Além de promover a unificação conceitual da metalinguagem gramatical, a NGB balizou os limites entre o que era e o que viria a ser adequado no universo da descrição e da interpretação dos fatos gramaticais, desbastando ou procurando desbastar a “ganga impressionista” do que se estabelecera, muita vez de forma contraditória, como ciência e ideologia dos fatos da língua.

Ilustra a miríade terminológica vigente no país gramatical pré-NGB o antológico exemplo do rol de respostas, cada uma delas consistentemente adequada, recolhido por Antônio José Chediak (cf. Henriques, 1999, p. 20) em prova de 1956 do concurso da Faculdade Nacional de Odontologia da Universidade do Brasil, que recebia alunos de diversas partes do território nacional. À solicitação de análise sintática da palavra **bom** na frase “O **bom** brasileiro zela pelo progresso do Brasil”, propuseram os candidatos as seguintes respostas:

1. Adjunto atributivo; 2. Adjunto restritivo; 3. Adjunto limitativo; 4. Adjunto adjetivo; 5. Adjunto determinativo; 6. Adjunto demonstrativo; 7. Adjunto determinativo demonstrativo; 8. Complemento atributivo; 9. Complemento restritivo; 10. Complemento limitativo; 11. Complemento adjetivo; 12. Complemento qualificativo; 13. Complemento do nome, não preposicionado.

A NGB parece, então, justificar a sua valia em território em que as denominações revelam mais a multiplicidade improdutiva de conceitos, por vezes ligada à vaidade do autor da gramática de domínio do aluno, que o pendor investigativo do cientista da língua.

Lauro Baldini (1999, p. 64) vê, no entanto, nessa multiplicidade conceitual a perfilhação de distintos autores às diferentes teorias sobre a estrutura da língua.

Para ele, a ação “normativa” da NGB leva ao apagamento das “diferentes filiações teóricas e [d]a história particular da gramatização brasileira”.

Não se pode, todavia, concordar na íntegra com Baldini, já que um dos requisitos básicos de qualquer Ciência é o de assentar-se num vocabulário relativamente estável à comunidade científica. Até mesmo as rupturas de pensamento no universo científico se valem desse substrato como matéria-prima do eventual “salto qualitativo” que porventura venham a efetuar no território de conhecimento. Trata-se de saber de que se fala quando se fala, ainda que se queira romper com essa fala. Por outro lado, o problema das “filiações teóricas” remete ao baralhamento de fontes no produto final à disposição do docente e do alunado, cuja aplicabilidade ver-se-ia de alguma forma comprometida pelo arbitrário poder de escolha entre o certo e o errado nas análises.

Evanildo Bechara (1999, p. 31-32) registra o caótico quadro de (des)informação teórica de que estavam reféns alunos e estudiosos da língua pré-NGB.

É fácil perceber a floresta, quase selva selvageria, reinante nos livros didáticos e entre o magistério de língua portuguesa: sem ainda Faculdades ou Institutos de Letras (que só começaram nos últimos anos da década de 30); com as mais díspares orientações da gramaticografia nascente no século XIX; com a influência das gramáticas filosóficas, lógicas, puristas, ao lado de outras sem nenhuma orientação de valor científico; com o privilegiamento de nomenclaturas próprias da gramática clássica, especialmente latina (falava-se tranquilamente em nominativo, dativo, acusativo, ablativo, genitivo, consecutio temporum, etc.), ao lado das modernas novidades trazidas pelos livros que divulgaram os métodos histórico-comparativos (Brachet, Egger, Brunot, entre outros) ou da gramaticografia alemã e, principalmente, inglesa (Becker, Bain, Holmes, Mason e Whitney).

Verdade é que com a NGB a investigação mais meticulosa da língua será posta de lado, e um dos efeitos mais nítidos dessa transformação é o apagamento da noção de autoria. Aí, sim, Baldini (1999, p. 53) acerta, ao apontar o novo papel que virá a assumir o gramático: “Nesse sentido, podemos dizer que, a partir da NGB, um outro momento de autoria se estabelece no discurso gramatical. Nesse outro momento, o gramático não é mais a autoridade do saber sobre a língua, mas um comentador desse saber.”

O ponto de vista de Baldini é corroborado por Mário Perini (2001, p. 32), que acredita não ser “grande problema” a adoção da NGB, “[...] mas [sim] sua aceitação

passiva como doutrina oficial, acima de questionamentos e reformulações. A mudança a empreender com urgência não está na gramática, mas na atitude geral diante da gramática.”

Esse efeito da NGB transforma o gramático-cientista em comentador-ideólogo. A sua função, agora, é servir de porta-voz do novo discurso oficial, o que pode levar ao descuramento da preocupação investigativa. O desaparecimento da autoria, a aceitação passiva do novo cânone, desemboca no desinteresse da pesquisa da língua, que já não é o objetivo do gramático.

A NGB, embora não se tenha pretendido como tal, deslocada do seu habitat, a sala de aula, passa a ser o “receituário”, com força de ciência, cujas dúvidas dissolverá numa rede discursiva que padroniza a investigação e parece suprimir a independência teórica.

Por sua vez, aconselhando entrasse ela em vigor (Anexo I, p. 83)

- a) para o ensino programático e atividades dele decorrentes, a partir do início do primeiro período do ano letivo de 1959;
- b) para os exames de admissão, adaptação, habilitação, seleção e do art. 91 a partir dos que se realizarem em primeira época para o período letivo de 1960.

o Ministério promove e legitima o Estado, a ação intelectual no espaço social, fornecendo-lhe condições concretas para a sedimentação do novo discurso gramatical.

Grosso modo, o que se depreende do processo de instituição da NGB é a articulação do poder, que oferece as condições sociopolíticas para a produção da **nomenclatura** através de solicitação expressa na Portaria de número 152, de 24 de abril de 1957, ao saber representado pelo grupo de filólogos e gramáticos da comissão, que (re)organizará a massa de discursos sobre a gramática da língua a fim de construir a nova e única terminologia, cuja função é, menos que pôr termo às querelas sobre a análise gramatical, instaurar território outro que permitisse a continuidade da tradição fermentada pela cientificidade de um novo discurso, sem os entraves da abundante terminologia gramatical vigente.

Dar-se-ão a divulgação e a vulgarização da NGB não através da força impositiva de hipotético diploma ministerial, mas através de “sugestão de consenso”

proposta aos que se imiscuem no território da investigação e de disseminação dos fenômenos linguísticos. A NGB não é obrigatória, o seu uso é recomendado pelas instâncias de poder. A (im) posição do discurso vertical do poder espalha-se na horizontalidade do território do saber, reorganizando o papel do estudioso, que deve pensar em abdicar a sua individualidade discursiva a fim de poder “ser ouvido” no novo território ideológico.

É interessante notar o aspecto “positivo” dessa conjunção poder político/saber científico que parece ecoar algum ensinamento de Michel Foucault (1979, p. 8): “O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso.”

Ao recomendar e ao aconselhar a implementação da NGB, o poder estatal, depois de ter fornecido as condições para a sua produção — portarias, comissão de filólogos/gramáticos reconhecidamente habilitados para tal —, não só garantiu a legitimação e a divulgação para o novo dispositivo científico como também o administrou, fomentando, assim, uma “política do saber”, que determinou o território em que se colocaram as questões, demarcaram-se posições e produziram-se efeitos de controle sobre a sistematização gramatical da língua portuguesa.

Embora a Portaria que preconizava a adoção da NGB assinalasse ser “o trabalho proposto pela Comissão [o resultado] de minucioso exame das contribuições apresentadas por filólogos e linguistas, de todo o País, ao Anteprojeto de Simplificação e Unificação da Nomenclatura Gramatical Brasileira”, o que ela apresenta — e não poderia ser diferente — é somente uma lista de itens recomendados a fim de que se descreva o sistema gramatical do português em sua variedade brasileira, sem que minimamente se apresentem argumentos de ordem científica que os justifiquem.

A proposta de unificação fez o que se poderia denominar, sem intuito depreciativo, ciência sem argumentos, de vez que parece valer-se somente do notório e público saber de sua comissão como ossatura da transformação dos discursos sobre a estrutura da língua. Talvez não fosse o documento legal o lugar apropriado para delongas teóricas, mas não há, da Comissão que a gerou, trabalhos que busquem esclarecer pontos de vista por ela defendidos. Aliás, como Antônio José Chediak (cf. Henriques, 1999, p. 13) dá a conhecer, a demanda por uma

simples nomenclatura que não se perdesse em “filigranas” conceituais partira do próprio ministro Clóvis Salgado: “Rocha Lima escrevia uma gramática sintética, o que não condizia com as intenções do ministro Clóvis Salgado, que desejava apenas o nome, deixando ao professor a definição e outros comentários, se houvesse.”

Parece, então, desenhar-se de forma nítida a injunção saber/poder em que a articulação da vontade estatal (a criação de “uma terminologia simples, adequada e uniforme” que derribasse a babel metalinguística gramatical) com o argumento de autoridade (a presença de notáveis na comissão encarregada da elaboração da NGB) funciona com o objetivo de construir e de legitimar uma nova rede discursiva, através do que se denominou “sugestão de consenso”: não se impõe a NGB à sociedade, solicita-se-lhe que ela a absorva como solução natural para os problemas da descrição linguística.

Num primeiro momento, essa rede desloca os antigos dispositivos discursivos, dos quais se alimentou, sem no entanto suprimi-los, pois a própria portaria garante-lhes lugar na esfera teórico-ideológica. É, por excelência, a sedução da simplificação ou da simplicidade a arma da NGB, que, gradativamente, obliterará as crepusculares práticas discursivas sobre a estrutura da língua, ofertando em troca a “luminosidade” da terminologia unívoca.

Em momento posterior, assentada como discurso teórico-ideológico dominante, a NGB (re)produz novo consenso teórico-político discursivo — o cânone — que perdura até aos dias de hoje, apesar de, amiúde, ter vindo a sofrer críticas mais ou menos estruturais.

E da construção desse consenso, cuja característica ímpar é o “anonimato” de autoria, participaram e ainda participam gramáticos e gramáticas. Constituiu-se, moto-próprio, nova formação discursiva, com conceituação própria estribada na nomenclatura única, que pôs em xeque a identidade do autor. O foco da investigação deslocar-se-á, então, do nome do estudioso, compreendido como entidade teorizante, para o entretecer da rede discursiva que o substitui organizando e legitimando a mudança. Procurar-se-á o cânone não em quem argumenta, que é com certeza, também um dos fatores desse processo de legitimação consensual, mas no múltiplo e especular discurso dos gramáticos, que garantirá o uniformizador e verdadeiro discurso. Cumpre notar que o cânone não é necessariamente negativo,

como a ideologia não é somente alienação, não se trata de um erro teórico que, pela injunção do poder, travestiu-se de acerto, embora se possam estabelecer juízos de valores sobre os seus efeitos. Parece ser função precípua do cânone “impedir” que se pense sobre ele mesmo, ou melhor, o cânone parece limitar territórios de polêmica e calar soluções que forçam tais barreiras.

Esse aspecto consensual não só caracterizou a implantação da NGB no universo da descrição e interpretação dos fatos gramaticais como também permitiu a manifestação desde sempre daqueles que não concordavam com o seu delineamento teórico, que, em verdade, é extremamente tênue.

Nunca é demasiado lembrar que a NGB, cujo Anteprojeto viu discutidos conceitos, apresenta-se como um rol de termos a divulgar e a vulgarizar em prol da unificação do discurso gramatical, com mínimas intervenções de ordem teórica.

A NGB, então, apesar de seu papel no universo dos estudos gramaticais, não estava infensa à crítica. Fez restrições ao Anteprojeto Cândido Jucá (filho) (1958, p. 3), um de seus integrantes: “Se todos têm o direito de criticar o Anteprojeto, ninguém o tem mais do que aquele que nunca conformou com a eventualidade caprichosa dos votos que o compuseram, inteiramente alheios a qualquer espírito de unidade.” Gladstone Chaves de Melo (1966, p. 4) a aceita, mas com reservas: “Quanto à Nomenclatura Gramatical Brasileira, adotamo-la por motivos didáticos, mas não a aceitamos servilmente quando ela exorbita de seu louvável esforço de uniformizar a terminologia, e assume posição doutrinária.”

Mais recentemente, José Lemos Monteiro (Monteiro, 1987, p. 203) aventa ter o Estado desempenhado papel preponderante no estabelecimento da hegemonia da NGB, valendo-se da portaria para impor a nomenclatura unificadora. Cabe, no entanto, notar que a portaria não tinha laivos impositivos — não se obrigava o uso da NGB — e que a supremacia da nova denominação passou principalmente pela construção de um “consenso social”, a ação do Estado não se faz sentir só pela “força da lei”, não obstante sua presença ostensiva nos concursos públicos e exames oficiais:

A Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), ao propor a uniformização do ensino da língua portuguesa, ofereceu uma classificação que não resiste à menor crítica. Apesar disso, adquirindo força de lei, a portaria que instituiu a NGB, se teve seus méritos, impediu de certa forma que outras orientações fossem mais divulgadas e discutidas.

Lembra, contudo, Olmar Guterres (cf. Horácio Rolim de Freitas, 1996, p. 99):

Se por certas razões foi a nova determinação recebida com louvores gerais, por outros motivos sofreu críticas, muitas vezes extremadas. [...] Tantas, e tão veementes têm sido, que já se reclamou uma nova NGB, substituta daquela, expurgada de falhas e acrescida do que, possivelmente, tenha sido antes omitido. Penso, porém, que muitas das censuras que à NGB se hajam feito traduzem certo inconformismo decorrente de diferentes opiniões doutrinárias; e as acusações de omissão se estribam quase todas na como que incompreensão do âmbito a que primordialmente está circunscrita a aplicação dela.

Acatar ou não a NGB, divergir ou não dela, não implicava, nesse momento, em que o velho ainda não se fora e o novo ainda não se firmara, mácula para a autoridade ou para o gramático. Contudo, paulatinamente, ao se consolidar, votando as “velhas” concepções ao olvido ou ao recalçamento, a divulgação e a vulgarização do novo cânone gramatical produzem efeito ideológico de monta: a investigação do fato linguístico é substituída por seu comentário, efeito não necessariamente causado pela adoção da NGB, segundo o espírito que presidira a elaboração da portaria: o gramático teria liberdade de formular o seu conceito, a partir do nome comum do fenômeno.

O ritual de instauração da NGB como referência teórica ou “nominalista” parece retratar adequadamente as implicações entre saber e poder.

A instância política demanda ao estabelecimento intelectual a elaboração dum projeto de reorganização de dado território de saber, a partir de um consenso teórico e ideológico preexistente. Valendo-se de sua autoridade, reconhecida e acatada socialmente, o estabelecimento oferece um objeto teórico-ideológico ao poder, cuja legitimação e circulação passam a dizer-lhe respeito. Não deixa de ser curioso que a relação entre as forças envolvidas nesse processo de institucionalização inverte os papéis que normalmente desempenham no organismo social: o poder age através da sedução; o saber através da autoridade.

A disseminação dessa nova ordem teórica gera efeitos de saber (e de contra-saber) que organizam, de modo simultâneo, territórios de polêmica e demarcam posições teórico-práticas a respeito da descrição e da interpretação dos fenômenos, sendo que uma delas, pelo menos, assumirá a função investigativa de alguma forma presente nas gramáticas pré-NGB: a Linguística.

Cabem ainda algumas questões. Que fazer hoje com a NGB? Abandoná-la e retornar ao “caos” terminológico acrescido, agora, das peripécias do revisionismo contemporâneo? Reformá-la?

Jairo Dias de Carvalho (1982, p. 59) efetua sucinto diagnóstico dos males de que padece a desconhecida ou marginalizada nomenclatura oficial: “a) inadequação teórica, forjada pelo desenvolvimento da Linguística; e b) introdução da Teoria da Comunicação no ensino primário e médio, sem que condições de instrução do professorado fossem criadas [...]” e assevera que “[...] há conveniência de atualizá-la, incorporando-se os termos linguísticos já passados em julgado”. Lista, subsequentemente, alguns senões da nomenclatura oficial. Na *Morfologia*, área diretamente associada ao tema que aqui se desenvolve, assegura que “As palavras ou expressões que denotam exclusão, situação, designação, retificação, realce, afetividade, concessão, etc. ficaram inominadas. São os denotativos de José de Oiticica ou expressões de situação de Said Ali.”

Registra-se a previdente crítica aos professores que laboraram (e laboram) em “[...] grande equívoco, quando passaram à divulgação das mais recentes teorias [linguísticas], quando não elaboraram eles próprios uma teoria pessoal”. Segundo Jairo Carvalho, as teorias linguísticas, ainda que atraentes e sugestivas, precisam de “um tempo maior para sua escolarização”. Além disso, não se pode construir metodologia “consequente com fragmentos de vários autores ou com sistematizações originais, mas não suficientemente testadas”. Recomenda, então, o professor que evitem os mestres levar às salas de aula do ensino fundamental e médio “conhecimentos, terminologia e metodologia do ensino superior”.

Mais próximo ainda do momento presente, Claudio Cezar Henriques (1999, p. 49) assinala que “[...] urge a atualização da nomenclatura gramatical unificada. Para o bem do ensino de língua portuguesa”. Exemplifica com o fato de a linguagem técnica estar sendo levada para as salas de aula, “até por conta da falta de uma nomenclatura compatível” (ibidem) com os avanços das modernas pesquisas linguísticas.

Talvez mais de acordo com o espírito da contemporaneidade, seja lá o que isso signifique, Bechara (2001, p. 102) apresenta curiosa sugestão de releitura terminológica para os fenômenos da língua patrocinada por uma comissão de professores e linguistas portugueses.

Calcados em ensinamentos linguísticos, a partir de 1997, especialistas e professores do Departamento do Ensino Secundário, do Departamento da Educação Básica e da Associação dos Professores de Português do além-mar elaboraram, visto como entendem que a Nomenclatura Gramatical Portuguesa deixara de “constituir referência produtiva na resolução de um conjunto vasto de problemas, de natureza científica e pedagógica, que tem vindo a ser identificado no campo de ensino do português”, uma Terminologia Linguística (Nomenclatura Gramatical) para os Ensinos Básico e Secundário, que deverá articular-se a um Glossário e a uma Base de Dados.

Segundo a comissão, as vantagens dessa nova terminologia são grandes. Através dela, por exemplo, constituir-se-á uma linguagem especializada cujos instrumentos de trabalho serão comuns tanto ao campo da Língua Portuguesa/Português como ao das Línguas Estrangeiras; funcionará ainda a TL como elemento delimitador do conhecimento pedagogicamente válido num universo fortemente desestruturado; e mediará também as bases da relação entre os saberes escolares e os saberes científicos. Para que se desenvolva a contento a instauração/legitimação socioinstitucional da nova TL, alerta a comissão, deverão ser definidas novas estratégias de relações entre saberes e metodologia. Invocam os especialistas e professores para a TL os princípios seguintes:

- a) **economia** — pois apresenta em cada um dos seus níveis organizacionais **o conjunto de termos nucleares considerados necessários a um trabalho de reflexão formal básico sobre a língua;**
- b) **hierarquização** – a TL é uma estrutura cujas relações entre os termos permitem **modos diferenciados de apropriação**, consoante o grau de escolaridade;
- c) **abertura** – a TL está sempre pronta a receber alterações futuras que se revelem consistentes;
- d) **flexibilidade** — a sua aquisição está ligada menos a um percurso **pedagógico preexistente** que às características do contexto em que se dá a prática pedagógica;
- e) **neutralidade paradigmática** – não há na TL nenhum **paradigma teórico** dominante, seus conceitos operacionais traduzem soluções consensuais teórico-práticas;
- f) **complementaridade** — a TL somente terá sentido, caso ocorra a sua integração a um **glossário de termos** e a uma **base de dados**, num conjunto harmonioso de soluções interpretativas factíveis para os fenómenos da língua.

Duas grandes áreas de estudo da língua são, então, delimitadas: a) Língua, comunidade linguística, variação e mudança; b) Linguística descritiva.

Na área do estudo das funções “sintáticas”, encontra-se a oposição “modificador do predicado/modificador da frase”. Como já se disse, parece algo impróprio à análise de funções nomear um fenômeno sintático com termo mais apropriado à semântica, mas não se pode deixar de consignar, ou de prever, que as duas categorias abrangeriam, morfologicamente, no caso primeiro, os advérbios; e, no segundo, as denotativas de afetividade. Discutível, inclusive linguisticamente, é a discriminação de uma classe de advérbios de negação.

Abre a TL áreas de descrição novas: a da “semântica frásica” e a da “pragmática e linguística textual”. Nesta dão-se conta dos fenômenos que se ligam à rede de relações que estruturam a interação (locutor, interlocutor, ouvinte, contexto, saber compartilhado, meio); naquela, estudam-se “expressões predicativas (predicador)”, os valores “epistêmicos, deônticos e apreciativos”, os quais, sem dúvida, remetem aos advérbios/denotativos frásicos de “opinião”, afetividade. Não se encontraram rubricas que identificassem “marcadores de foco”/advérbios de inclusão, de exclusão/denotativos de exclusão, de inclusão.

O levantamento é incompleto e superficial, mas, além das perguntas sobre a pertinência do papel que desempenharia uma TL no universo escolar, registram-se como fecho dessa apresentação as palavras do professor Bechara (1999, p. 34)

a Confluência [...] tem a certeza de que a iniciativa da Associação de Professores de Português constituirá precioso subsídio a uma iniciativa de revisão da Nomenclatura Gramatical Brasileira, com a participação de especialistas e de professores de todos os níveis de ensino. E um exemplo a ser imitado sem pressa e com [muita] prudência.

Não se nega que a NGB pode e deve ser revista, e, ao que parece, dá o professor Bechara (1999, p. 36) resposta percuciente às questões suscitadas pela passagem do tempo e pelas investidas das novas ciências linguísticas:

Aperfeiçoemos o plano primitivo da NGB, sem nos esquecermos de que se trata de um *nomenclator* para o nível de 1 e 2 graus, com leve projeção para os cursos universitários. Só assim, em nosso parecer, estaremos contribuindo para o progresso dos estudos gramaticais e o aperfeiçoamento de seu ensino entre nós.

2 A CLASSIFICAÇÃO DOS VOCÁBULOS À PARTE

A adequada distribuição das palavras por classes é problema que ultrapassa os limites do presente trabalho. Apresentar-se-ão, de forma sumária, algumas das visões sobre a questão, tendo como pano de fundo o lugar das palavras denotativas no quadro das classes gramaticais.

A classe gramatical que serviu de ponto de partida para o bosquejo dos pontos de vista dos teóricos foi a dos advérbios, não só porque nela registravam os antigos a maioria das palavras que hoje a NGB denomina denotativas como também nela os modernos pós-NGB consignam as palavras de “classificação à parte”.

Inegável é que não há procedimento seguro a fim de se discriminarem com exatidão características essenciais das classes de palavras, ainda que se recorram a quaisquer critérios de identificação, sejam eles semânticos, morfológicos ou sintáticos: a definição proposta para a eventual classe em observação terá sempre algum lastro de incerteza, que poderá variar conforme o enfoque do estudioso.

E parece que o problema da exatidão não está nem na acuidade do investigador nem no instrumental de que ele se serve; encontra-se, sim, no caráter fluido da palavra, seu objeto de estudo. Segundo José Carlos de Azeredo (2000, p. 73), as palavras são “entidades heterogêneas que, em comum, praticamente só têm o rótulo de ‘palavra’.” A possibilidade de se estabelecer um inventário fixo e estável de traços distintivos para cada uma das classes de palavras da língua parece, então, perder-se em terreno do sonho. Mais útil e produtivo seria, talvez, entender que, numa língua, os traços singularizadores das classes compõem-se numa espécie de contínuo no qual se inscrevem circunstancialmente as palavras. Talvez somente os instrumentos gramaticais (artigo, preposição, conjunção) — se bem que nem todos — permitam ao investigador relativa estabilidade classificatória.

Mattoso Câmara (1982, p. 77), ao defender a gramática descritiva tradicional dos ataques modernistas, emprega argumentos válidos também à defesa dos postulados teóricos das gramáticas que se inscrevem no quadro conceitual da NGB. A continuidade de conceitos pós e pré-NGB indica a persistência ideológica de um modo de interpretar o sistema da Língua independente das alterações introduzidas na terminologia gramatical pela NGB. Mattoso Câmara lembra que “a crítica séria,

que se lhe [à gramática descritiva tradicional] pode fazer, é ser heterogênea em seus critérios e alinhar num quadro único o que na realidade corresponde a uma divisão de hierarquias e sub-hierarquias.” Mattoso Câmara (1996, p. 78) assinala ainda que, em relação ao português, “[...] esse critério compósito, que podemos chamar morfossemântico, parece ser o fundamento primário da classificação”[os vocábulos formais.]

De acordo com tal matriz classificatória, os vocábulos formais dividir-se-iam semanticamente em três grandes classes: a dos nomes, a dos verbos e a dos pronomes. Para Mattoso Câmara (1996, p. 79), o advérbio, que é a classe em que as gramáticas pré-NGB alocavam o maior número das “palavras denotativas”, seria uma classe funcional que “[...] nada sugere sobre as propriedades por nós sentidas como intrínsecas [...]” das coisas. Morficamente, caracteriza-se o advérbio por sua invariabilidade flexional e, funcionalmente, por ser um “termo determinante de um verbo”, definição que, como se verá adiante, Moura Neves “substitui” por “termo periférico de um verbo”.

Mattoso Câmara (1996, p. 79), afirma que, embora tenham alguns advérbios a “[...] função complementar, na língua, de acrescentar uma qualificação a mais a um adjetivo [...]”, não deve tal traço, por não ser extensivo a todos os vocábulos da classe, integrar-se à definição gramatical do advérbio, como é costumeiro em nossas gramáticas.

Diacronicamente, para Mattoso Câmara (1976, p. 115), o advérbio é a prova da existência nas línguas indo-europeias de “[...] certas formas nominais ou pronominais que trazem sentido suplementar à significação essencial da comunicação centrada no verbo.” Assinalava ele que três são os grupos “básicos” de advérbio. Dois têm natureza pronominal e situam o evento comunicativo no espaço ou no tempo — os advérbios locativos e os temporais. O terceiro grupo (1976, p. 116), que enquadra os advérbios de natureza nominal, aos quais denomina modais, assinala “[...] ‘modos de ser’ do evento, qualquer que seja a origem de suas formas”. A definição canônica — palavra que modifica o verbo, o adjetivo ou outro advérbio — tem como ponto de referência esse tipo de advérbio. Os modais complementam “tanto uma atividade como uma qualidade atribuída a um substantivo ou outro modo de ser

Em Martinz Aguiar (1996, p. 136)., encontra-se semelhante divisão à de Mattoso Câmara. Os advérbios nominais equivalem a expressões “cujo vocábulo modificador (da mesma natureza, pois, do advérbio) seja um nome”; são pronominais os advérbios “quando o vocábulo modificativo seja um pronome.” Exemplificando: **antigamente** é um advérbio nominal porque equivale a **nos tempos antigos**; **hoje** é pronominal porque significa nestes dias e **aqui**, neste lugar.

Alerta ainda Mattoso Câmara (1976) para o fato de que a descrição dos advérbios nunca poderá ser considerada teoricamente satisfatória, pois ela sofrerá das características próprias dos termos que integram essa classe, cuja **extrema mobilidade semântica e funcional** explica, por exemplo, a existência, no *estado atual da língua*, de conjunções que já pertenceram à classe dos advérbios ou que sofreram **desvio de sentido**. Parece estar tal traço semântico-sintático na conformação da “classe” das palavras denotativas.

Por seu turno, José Carlos Azeredo (2000, p. 73) considera que a tradicional divisão das classes de palavras, centrada nas propriedades semânticas (**função comunicativa**), morfológicas (**paradigma morfológico**) e sintáticas (**distribuição sintática**) dos vocábulos, é suficientemente operacional. Ressalva, contudo, que a descrição do comportamento dos vocábulos deve ser feita *em função de cada um desses três pontos de vista*. Em síntese, o vocábulo denotativo e o “advérbio de oração” são: a) modificadores; b) palavras invariáveis; c) **demarcadores**, ou seja, termos-limite, que acompanham o sintagma, mas que dele não fazem parte.

Moura Neves (2000, p. 13) parte das tradicionais classes de palavras, embora defenda princípios teóricos que mormente não se coadunam com a tradição gramatical assentada pela NGB. Examinando o funcionamento da híbrida classe dos advérbios, a autora estabelece pontos de contato com postulados gramaticais pré-NGB, como, por exemplo, a retomada da categoria dos advérbios de exclusão e de inclusão, a capacidade de o advérbio “modificar” o substantivo.

A autora divide a classe em duas grandes subclasses: a dos modificadores e a dos circunstanciais. As palavras denotativas incluir-se-iam na primeira das duas subclasses. São elas vocábulos modalizadores. Os advérbios de exclusão e de inclusão funcionam como focalizadores, vale dizer, trazem luz à parte do enunciado que vem a seguir, que se transforma no foco da mensagem.

Mário Perini (2001, p. 338), em sua gramática de matiz sintático, assume posição radical em relação à classe dos advérbios. Para ele, tal classe “encobre uma série de classes, às vezes de comportamento sintático radicalmente diferente.” Perini centra a sua recusa à tradicional concepção de advérbio no fato de as palavras morfológica e semanticamente identificadas como tal apresentarem desempenho sintático diverso entre si.

Aponta o linguista as “presumíveis cinco classes” em que, a partir de uma visão morfossintática, enquadrar-se-iam esses vocábulos: “negação verbal, intensificador, adjunto circunstancial, atributo, adjunto adverbial e adjunto oracional.” Ataca ainda a noção de **modificação**, presente em quase todas as definições de advérbio, em que vê um misto de semântica e sintaxe. Quanto ao aspecto semântico, a noção garantiria a interpretação do enunciado formado por um dos vocábulos modificados pelo advérbio e o próprio advérbio como “um todo semanticamente integrado; cabendo à esfera sintática indicar a ocorrência conjunta dentro de um constituinte: o que se chama em sintaxe **estar em construção com.**”

Desqualificaria o lastro semântico da definição o fato de poderem ocorrer várias construções semanticamente integradas nas quais se reproduziram amálgamas superficialmente análogos aos do advérbio e do termo modificado. E o aspecto sintático estaria comprometido por não ser privativa do advérbio a mencionada ocorrência relacional. Reforça, então, o seu ponto de vista funcional como o exemplo “**Somente** André percebeu a situação.” Nele, o advérbio modifica o substantivo. Perini (2001) reafirma que o traço caracterizador dos vocábulos integrantes da pretensa classe dos advérbios são “[...] as diferentes funções que desempenham quando estão em construção com o verbo.”

As observações aqui resumidas receberão comentário pormenorizado mais à frente, quando se observarem as interpretações desses estudiosos para o fenômeno aqui estudado.

A NGB divide o estudo da gramática em três grandes áreas:

- a) **Fonética**, que se subdivide em descritiva, histórica e sintática;
- b) **Morfologia**, que determina o estudo da estruturação e formação das palavras, estudo das flexões e classificação dos vocábulos;

c) **Sintaxe**, que abrange a concordância nominal e a verbal; o estudo da regência, a investigação sobre a colocação dos termos e a análise sintática.

Integra ainda a NGB um apêndice em que se apresentam as figuras de sintaxe, a gramática histórica, a ortografia, a pontuação, a significação das palavras e os vícios da linguagem.

Ao propor-se simultaneamente tradição e mudança, a NGB legitima não só conceitos das gramáticas pré-NGB, como também se habilita a interferir no combate teórico, quando e se necessário, a fim de depurar o que julga incorreto, como ocorre no caso das chamadas palavras denotativas, alocadas pela tradição pré-NGB entre os advérbios. A ação teórico-ideológica da NGB vem, assim, redimensionar um problema “insolúvel” nos quadros teóricos tradicionais.

Interessará, assim, à investigação, no âmbito da rubrica Morfologia, a classe dos advérbios, lugar em que alocava a tradição gramatical a maior parte das palavras que sofrerá a ação (re)organizadora da NGB. Se conserva a NGB como critério mórfico caracterizador dessa classe a invariabilidade flexional, (re)organiza, no entanto, semântica e sintaticamente, a categoria, desvinculando dela determinados vocábulos que, como se verá, apontam para fenômenos ligados à enunciação e à organização discursiva.

A NGB, de alguma forma violando os seus tácitos princípios de limitar-se a ser metalinguagem, oferece uma espécie de conceituação negativa das, agora, palavras denotativas. Para ela, há palavras que, “[...] por não se poderem enquadrar entre os advérbios terão classificação à parte. São palavras que denotam exclusão, inclusão, situação, designação, retificação, afetividade, realce, etc.”

Como se pôde perceber, as gramáticas que seguem os preceitos da NGB não apresentam novas categorias, como parece insinuar a incompletude da lista da NGB (vide o **etc.**). Limitam-se elas à exemplificação das categorias já delineadas pela própria NGB, que, por sua vez, parece ter desconsiderado, ao assumir como classe de referência o advérbio, o manancial de palavras de outras classes que podem desempenhar a “função” semântica de denotadores, como já as haviam registrado os gramáticos pré-NGB.

Cumpra ainda registrar que as denotativas não perdem a sua identidade, mesmo que “modifiquem” aquelas palavras tradicionalmente modificadas pelo advérbio, ou seja, tanto em **a** como em **b** nos exemplos a seguir a palavra em destaque não muda de classe porque numa delas restringe o sentido do pronome, enquanto na outra se refere ao verbo (predicado):

a) **Só** ele rejeitou a proposta.

b) Ele **só** rejeitou a proposta.

Não houve, então, preocupação da comissão em esmiuçar de forma sistemática as características mórficas ou sintáticas dessas palavras, embora reconheça que a solução pré-NGB, inegavelmente morfossemântica, não oferecia adequada descrição para este fenômeno: palavras ou expressões que dizem respeito menos à estruturação frasal que aos juízos que introduzem os utentes da língua em seus enunciados e às próprias regras de estruturação do discurso. Parece, todavia, um indício de que a NGB propõe sejam elas classificadas por seus traços semânticos o rol que, e mais uma vez com base nas gramáticas pré-NGB, ela oferta das principais categorias de sentido a que pertenceriam essas palavras “inanalísáveis”.

Cumpra notar ainda que essa limitação conceitual poderia estar ligada ao campo epistemológico que estabeleceu a própria NGB a fim de produzir o rol de termos de que se valeriam as gramáticas para, a partir dela, nomear os fenômenos da língua. Em linhas gerais, a NGB demarca, então, a frase como unidade máxima de análise gramatical, a sua investigação termina, assim, no limiar em que “fazem sentido” as chamadas palavras de valor denotativo. As palavras denotativas parecem apontar para a esfera do enunciado contextualizado, ou, como propõe Evanildo Bechara (2001, p. 32), do “[...] discurso — assim o texto como seu produto — [...] determinado por quatro fatores: o **falante**, o **destinatário**, o **objeto** ou **tema** de que se fala e a **situação**.” O desinteresse para com os fenômenos que se situam além do limite da frase explicaria, então, a “insuficiência” da análise. Ciosa de seus limites, a NGB aponta, mas não aprofunda o que sabe ou pressente não pertencer à sua esfera de conhecimento linguístico. Evanildo Bechara, aliás, admite se não podem analisar tais palavras no quadro semântico-sintático proposto pela NGB, pois

seriam elas índices de fenômenos linguísticos para além do nível frásico, em cuja fronteira se detém a NGB.

Correntes mais recentes do pensamento revisionista gramatical parecem atentas às palavras de “classificação à parte”. José Carlos Azeredo (1990, p. 96), por exemplo, procura compreender o fenômeno nos planos sintático e discursivo. Sintaticamente, o sintagma adverbial, cujo núcleo é um advérbio, pode desempenhar a função de **predicador** ou de **modificador**. No primeiro caso, faz-se acompanhar do transpositor **ser**; no segundo caso, pode aparecer junto (subordinado) à oração, ao verbo, ao adjetivo, ao advérbio e ao substantivo. Mais adiante (1990, p. 120), ao tratar das relações associativas dos períodos no discurso, no enunciado contextualizado, Azeredo refere-se a três categorias discursivas: a **modalidade**, a **referência** e a **polifonia**. De acordo com o autor, a **modalidade** indicia(a) as apreciações do locutor sobre o conteúdo proposicional das orações e (b) seus interesses e intenções quanto às tarefas da enunciação.

Enquadrar-se-iam as palavras de “classificação à parte” no primeiro dos dois itens acima, distribuindo-se por duas rubricas: a dos sintagmas adverbiais ou preposicionados, como **naturalmente**, **com certeza**; e a dos marcadores de foco, em que se incluem vocábulos como **até**, **só**, **apenas**, etc.

Aspecto interessante que traz à tona a classe das palavras à parte é o fato da passagem de uma concepção “idealista” do enunciado, da “fala”, para o contexto concreto do “discurso”. O enunciador, ao produzir seu enunciado, sofre as determinações de todos os outros discursos que o precederam, sendo, enfim, sempre uma réplica a/de outro(s) discurso(s); daí a onipresente atitude de avaliação, consciente ou não, dos outros discursos. Talvez revele tal classe, mais do que qualquer outra, a realidade que funda o sujeito na linguagem: o diálogo. A investigação dos fatos da língua estará sempre incompleta, caso se não leve em conta essa realidade primeira. O enunciado só é único, caso — perdido na ilusão do sujeito que, detentor do poder, constrói o seu monólogo (a sua fala) sem que intervenham os outros — o estudioso desconsidere a dimensão das trocas linguísticas entre os utentes de uma língua.

A gramática pré-NGB não tinha dúvida quanto ao enquadramento das, agora, “palavras denotativas”. Pertenceriam elas, em sua maioria, à classe dos advérbios,

inscrevia-as também na classe das preposições e, em menor número, na das conjunções. Registravam-se, ao bel-prazer do gramático, os desvios de “modificação” que elas introduziriam nas frases. Assim, ainda que o advérbio modificasse o verbo, o adjetivo ou outro advérbio, lição inda hoje com prevalência na tradição escolar, não embaraçava a gramática o registro de situações em que alguns dos assim chamados advérbios “modificavam” outras classes gramaticais, visto que Não era, contudo, da natureza do advérbio, segundo velha norma conceitual, modificar outras classes, além das três acima estabelecidas. Anotavam-se principalmente os “advérbios”, e “conjunções” capazes de acompanhar substantivos e pronomes, no universo de palavras cuja característica principal parecia ser a de modificar um enunciado de alguma forma contextualizado. As que se integravam à categoria das conjunções ou das preposições, “permitia-se-lhes” não ligar orações ou palavras.

O ponto de vista ortodoxo sobre as classes de palavras tem sofrido críticas mais ou menos acerbas das modernas correntes de interpretação e descrição dos fatos linguísticos. Claudio Cezar Henriques (1997, p. 72) apresenta de forma sucinta não só o impasse a que conduz a clássica compreensão do papel morfossintático do advérbio como também a sobrevivência do velho modo de pensar nos dias de hoje:

Há, na Língua Portuguesa, palavras que não têm função sintática. Na verdade, trata-se de vocábulos cujo valor semântico especial ora se vincula a toda a oração, ora a alguma outra palavra em particular. Em alguns livros, são consideradas como advérbios, o que recomendaria uma revisão da nomenclatura gramatical e/ou uma reavaliação da definição de advérbio.

Exemplos (1):

- a) **Mesmo** uma pedra tem mais sentimento do que você. (de **inclusão**)
- b) De todos os que viajariam, **só** o nosso vizinho faltou. (de **restrição**)
- c) **Eis** aí o pagamento a que fazemos jus. (de **designação**)
- d) Sabe-se **lá** por que houve tanta confusão? (de **realce**)
- e) Os últimos a chegar **é que** serão prejudicados. (de **realce**)
- f) Seja feliz, **ou melhor**, passe muito bem. (de **retificação**)
- g) **Com que então**, decidiste vender o fusca... (de **situação**)
- h) Tudo bem... **Mas** voltemos àquela questão do dinheiro. (de **situação**)

(1) Na Nomenclatura Gramatical Portuguesa, são chamados oficialmente de advérbios.

Esse histórico vaivém classificatório parece denunciar o mal-estar que determinado grupo de palavras causa aos que, municiados somente do rigor racionalista, como a maior parte dos gramáticos pré-NGB, e do “intuicionismo” revisionista, intentam dar conta dos fenômenos da língua, cuja natureza assenta-se na díade histórica e culturalmente determinada emissor-receptor. As “rachaduras” estruturais que tais vocábulos produzem no edifício racionalista e racionalizante da descrição gramatical traçam os veios pelos quais emergem tanto as relações concretas que estabelecem os enunciadores com os seus enunciados como as próprias condições que estão na gênese da construção dos discursos.

3 A MODERNA TRADIÇÃO

A designação *Morfologia* proposta pela NGB abrangerá aquilo que na gramática pré-NGB denominava-se em geral Lexicologia. Aliás, a fortuna gráfica de tal vocábulo entre os gramáticos desse período parece alertar para a multiplicidade de correntes filo-gramaticais em circulação no ambiente acadêmico. João Ribeiro (1889) , por exemplo, preferia o termo Lexeologia, Eduardo Carlos Pereira (1907) grafava Lexilogia, Maximino Maciel (1928) registrava Lexiologia, de qualquer forma, a Lexicologia “[...]encara as palavras isoladamente em seus dois elementos fundamentais: em sua parte **material**, que são os **sons** ou as **letras**, conforme se trata da palavra **falada** ou **escrita**, e em sua **ideia** ou **significação**.”

Dividir-se-ia a Lexeologia em duas partes — a Fonologia e a Morfologia. Propunha João Ribeiro (1889) uma terceira área: Taxinomia. Subdividia-se a Morfologia, estudo da palavra em seu elemento imaterial, “isto é, em sua ideia ou significação, em duas grandes áreas de conhecimento”: a) “Taxeonomia”, cujo interesse estava centrado na investigação e no estudo das classes de palavras e de duas “propriedades” em vínculo com a ideia que expressassem; e b) a “Etimologia”, cujo estudo buscava a origem e a formação do léxico. Os advérbios, as preposições e a conjunções, interesse da investigação que aqui se desenvolve, pertenciam ao campo da discriminação das características identificadoras das classes.

Maximino Maciel (1928) vê a Lexiologia dividida em 4 áreas: a) Morfologia (formação e estrutura de palavras); b) Taxinomia (classificação das palavras); c) Ptoseonomia ou Kampenomia (flexão das palavras); e d) Etimologia (origem e formação dos vocábulos).

Napoleão Mendes de Almeida (1955) fala em duas grandes partes da gramática: a Lexeologia e a Sintaxe. A Lexeologia abrange a fonologia e a morfologia: a Sintaxe, as diversas relações que as palavras mantêm entre si na oração. Em edição de 1999, Napoleão Mendes de Almeida renomeia as partes da gramática, subdividindo e suprimindo a Lexeologia, na nova versão, a gramática tem três partes: fonética, morfologia e sintaxe. É interessante observar a sobrevivência de alguns desses termos em autores modernos, como atesta Mário Perini que

retoma a tradição ao denominar uma das partes de sua gramática Lexicologia, reservando para o estudo das classes de palavras o termo Taxonomia.

A tradição pré-NGB arrolava as tais palavras de “classificação à parte”, então, entre os advérbios, preposições e conjunções, além de identificarem a modificação de classes outras que não as do cânone tradicional. Pode depreender-se isso da leitura da seguinte passagem do cearense Martinz Aguiar (1996, p. 136): “Os advérbios que têm a propriedade de determinar a nomes **substantivos** e **pronomes** são: só, somente, também, apenas, ainda, e palavras equivalentes.” (grifos nossos)

É também a opinião Marques da Cruz (1942, p. 109) que o advérbio é “[...] palavra que modifica o verbo, o adjetivo e o próprio advérbio e, às vezes, o **substantivo**; e a **locução adverbial**.” (grifos do autor)

Eduardo Carlos Pereira (1907, p. 352) também assinalava a existência de “[...] advérbios ou locuções adverbiais unidas na frase a **substantivos** [...]” (grifo do autor), exemplificando assim:

A **vida assim** é difícil de suportar.

Somente Cabral descobriu o Brasil.

Até Bruto ergueu-se contra César.

Apenas este menino soube a lição.

Para ele, o advérbio pode ser uma palavra modificativa ou conectiva. Eduardo Carlos Pereira (1907, p. 359) assinala estar a diferença entre o advérbio e a preposição, já que ambos indicam circunstâncias ou relações, no fato de a preposição ser conectiva, enquanto o advérbio é, “[...] como o adjetivo, uma palavra apenas **modificadora**.” (grifos do autor)

Na mesma trilha dos dois gramáticos, encontra-se Sousa da Silveira (1983, p. 220), que afirmava que “O advérbio modifica geralmente um verbo, um adjetivo ou outro advérbio. Alguns, porém, podem modificar substantivo ou pronome.” E, mais adiante,

Usa-se [a palavra **até**] para reforçar uma afirmação, para indicar com ênfase ou surpresa inclusão num acerto, numa enumeração, e nestes casos equivale a **mesmo, ainda, inclusive, também, por sinal que**, e não é, rigorosamente falando preposição.... (Sousa da Silveira 1983, p.230) (grifos do autor)

Ao comentar a conjunção **mas**, Sousa da Silveira (1983) lista acepções que ultrapassam a mera ideia de oposição. Assim, a palavra **mas** pode denotar compensação, restrição, modificação de uma concepção ou ideia habitual, acentuação de indignação, exceção, etc. As novas características do vocábulo dizem respeito à situação de interlocução, ou, no mínimo de intervenção no enunciado que se produz de um eventual interlocutor.

Firmino Costa (1936, p.31-2), registra, na rubrica advérbio, o desvio a que sempre estiveram atentos os gramáticos pré-NGB, pois o advérbio é a “[...] palavra que exprime circunstância, [que pode] modificar qualquer elemento do fato, venha ele representado pelo adjetivo, pelo **substantivo** ou por um advérbio.” (grifo nosso)

Lista Firmino (1936) as principais circunstâncias e, entre elas, encontram-se a exclusão e os advérbios de ordem. Estes garantem a progressão textual, organizando processos de articulação sequencial entre o que já se disse e o que se dirá, são exemplos desse tipo de advérbio: primeiro, primeiramente, segundo, segundamente, antes depois, enfim, afinal, finalmente etc.

A “circunstância”, termo recorrente nas definições de advérbio, pode ser entendida como uma informação secundária, independente do julgamento do emissor e correspondente ao conhecimento semântico comum do mundo partilhado pelo emissor e pelo receptor. A circunstância, necessariamente objetiva, faz parte do que se poderia denominar fundo comum de interpretação dos enunciados, o qual permite a codificação e a decodificação dos enunciados em dada comunidade linguística.

Em manual da língua para uso das escolas secundárias (circa de 1923, p. 183), assinado “por uma reunião de Professores”, encontra-se a seguinte afirmação: “Às vezes, modifica [o advérbio] um **nome**, um **pronome** (grifos nossos): **Somente** Deus é grande; **quase** todos morreram.”, o que parece confirmar não só o caráter excepcional de determinados vocábulos capitulados como advérbios como também a percuciência de autores pré-NGB.

Não obstante, a acurada leitura desses estudiosos, o caráter modificador do advérbio de classes outras que não as citadas no cânone gramatical pré-NGB é visto como traço de excepcionalidade de uma classe voltada para os verbos, adjetivos e advérbios.

Maximino Maciel, cuja acuidade interpretativa deve ser louvada, lista entre as circunstâncias “[...] a exclusão, expressa por advérbios como apenas, só, somente, unicamente, sequer, exclusivamente, etc.” (1928, p. 151) Encontra-se também em Maciel (1928, p. 349) a seguinte observação: “As preposições e as expressões preposicionais empregam-se para exprimir as diversas relações sintáticas a que se deu o nome de adjuntos adverbiais ou melhor circunstanciais.” “E, logo em seguida: Exclusão — **exceto** tu, todos foram; todos **menos** eu.”

Aliás, a rigor, o artifício que permite a discriminação entre as preposições essenciais e as acidentais — estas não aceitariam a presença do pronome oblíquo, enquanto aquelas o admitiriam, caso não introduzissem orações reduzidas — menos que instrumento identificador da diferença entre os dois subtipos de preposições, funciona como índice da existência de um conjunto de palavras que poderia ser integrado ao grupo de vocábulos da classe “das palavras à parte”.

Maximino Maciel (1928, p. 153-4), posto que relacione entre as conjunções as palavras **logo**, **pois**, **portanto**, prefere sejam consideradas advérbios de conclusão, como também o são **entretanto**, **contudo** e **todavia**, alocados no grupo dos advérbios de concessão. Não são elas conjunções, segundo o autor, já que podem **deslocar-se dentro da frase**: a conjunção, como elemento de ligação, tem de **iniciar** a proposição. O critério posicional, ou melhor, a mobilidade posicional das palavras na palavra vale para Maciel como traço caracterizador de classe. As palavras que indicam concessão e conclusão são, em contexto determinado, equivalentes, pertencendo à mesma classe, já que compartilham de comportamento igual. E aqui não se pode deixar de lembrar a lição da linguística:

quando dizemos que dois elementos são equivalentes, isto quer naturalmente dizer EQUIVALENTES NUM DETERMINADO QUADRO SINTÁCTICO, isto é, que a substituição de um elemento por outro não destrói a integridade da categoria inicial, que constitui o quadro, ou o CONTEXTO. (Dubois-Chalier, 1977, p. 83)

A conjunção e a preposição, segundo Maximino (1928, p. 154), são morfemas “imóveis” na estrutura da frase, os advérbios, por sua vez, distribuem-se na frase de acordo com “a harmonia, a cadência do período e o gosto do escritor”. Em corolário à sua consideração, Maximino (1928, p. 154) acredita que “os tipos fundamentais” de conjunção coordenativa restringem-se a “e, ou e mas”. As chamadas conjunções coordenadas conclusivas, em verdade, não existem, as orações em que se

apresentam essas pretensas conjunções devem, antes, ser consideradas assindéticas.

De certa forma, a lição de Maximino é retomada por Azeredo (2000, p. 250), que assim afirma:

estas palavras [porém, contudo, entretanto, no entanto, todavia, portanto, logo, por conseguinte, conseqüentemente, por isso, então] são tradicionalmente classificadas como conjunções, mas têm características que as assemelham a advérbios – como a mobilidade posicional na frase.

Para Azeredo, trata-se de advérbios conjuntivos (2000, p. 209): “conjuntiva ou conectiva, a função dos sintagmas adverbiais utilizados como recurso de coesão textual”, e parece ser uma das características das palavras denotativas garantir a coesão textual do discurso, aproximando-se assim Azeredo das já mencionadas ideias de Evanildo Bechara. Não deixa de ser interessante a relativa também convergência entre o estudioso contemporâneo e a gramática pré-NGB.

Azeredo (1990, p. 116), ao afirmar que “a coordenação estabelece ligações discursivas, por isso que desconhece os limites da oração; coordenam-se vocábulos, sintagmas, orações e até parágrafos”, parece confirmar a intuição de Maximino. À investigação em curso, as considerações de Maximino Maciel, destringendo conjunções e advérbios, a partir da mobilidade do vocábulo na “proposição” determinada pela escolha do “escritor”, aponta para um dos critérios que, de modo seguro, permite estabelecer a diferença entre conjunções e palavras denotativas. Numa “tradução” mais de acordo com os novos tempos, dir-se-ia, então, que, enquanto **ou** e **e**, por sempre se apresentarem em posição fixa na frase, são “autênticos conectivos”, **logo** e **pois**, cuja posição na frase depende da escolha do enunciador, funcionam como operadores discursivos e participam assim, da “classe” dos denotativos. O morfema **mas**, por sua vez, compartilharia dessa “dupla natureza”, sendo, em algumas situações, conectivo e, em outras, operador discursivo.

Maximino Maciel, apesar de ser enquadrado no grupo da mais tradicional gramática, pois fala de advérbios de conclusão e de concessão, introduz não só novo critério para a caracterização da classe — a posição — como também registra a intenção do usuário na distribuição dos termos na frase, condicionando a

classificação do vocábulo também a esses traços, algo que parece conjugar na análise do fato linguístico o plano sintático com o plano discursivo.

Júlio Nogueira (1942, p.165), outro gramático da fase pré-NGB, assim caracteriza o advérbio:

realmente o advérbio é a palavra que se relaciona com o verbo, cuja significação modifica.... Mas esse papel do advérbio não se exerce apenas em relação ao verbo. Ele modifica também o qualificativo e outro advérbio.... Na linguagem enfática ou na familiar também se aplica o advérbio a outras categorias: é muito meu: sou muito homem para isso.

Mais adiante, ao dividir os advérbios conforme as circunstâncias que exprimem, registra as palavras *exclusive*, *senão*, *só* como advérbios de exclusão; *inclusive* e também são denominados advérbios de inclusão (1942, p. 166). Assinala ainda o emprego da “preposição” até com valor de inclusão: até tu, Bruto!. Digna de registro é a observação de Júlio Nogueira no final da passagem sobre a ação das linguagens enfática e familiar na possibilidade de o advérbio modificar outras classes gramaticais.

Com efeito, a intromissão da sintaxe do discurso na sintaxe da frase parece efetuar esse deslocamento semântico do “advérbio”, abrindo-lhe a senda da modificação de outros termos que não sejam o verbo, o adjetivo ou outro advérbio, mas isso deve ser compreendido como o enunciado contextualizado — a linguagem enfática ou a linguagem familiar de Júlio Nogueira.

Para Eduardo Carlos Pereira (1907, p. 50), advérbio “é a palavra invariável que tem por função modificar o ADJETIVO, o VERBO, e o mesmo ADVÉRBIO, juntando-lhes alguma circunstância.” Segundo o autor, dividem-se as **conjunções**, quanto ao seu “valor sintático em: a) simples e b) adverbiais, isto é, as que conservam seu valor de advérbio: quando, como, quanto, enquanto, entretanto, finalmente, assim (1907, p. 154). Ainda que as adverbiais reúnam subordinativas e coordenativas, não é demais notar que integram esse grupo conjunções que, para Oiticica, seriam palavras denotativas. Eduardo Carlos Pereira acredita que a palavra **e**, ao ligar termos da oração e não orações, pertença à classe das preposições, raciocínio semelhante, embora com conclusão diferente, realiza Oiticica, que, no entanto, aloca o vocábulo na classe das partículas aditivas.

Sousa da Silveira (1983, p. 220) afirma que o “advérbio modifica geralmente um verbo, um adjetivo ou outro advérbio.” Maximino Maciel (1928, p. 150) assevera

que o advérbio “é uma palavra invariável modificativa do verbo, do adjetivo e até de outro advérbio.” A configuração canônica da definição do advérbio, com a sua circularidade, é lição mais ou menos comum no período pré-NGB e prevalece no universo conceitual da NGB e até mesmo pós-NGB.

Napoleão Mendes de Almeida (1999, p. 317) não foge à definição canônica “é toda a palavra que pode modificar o verbo, o adjetivo, e, até, advérbio.” Além disso, e, neste passo, valemo-nos da versão de 1955, mais pormenorizada para o nosso trabalho, assinala que o advérbio se reveste de três propriedades:

- a) sintática ou lógica – caso seja estruturalmente advérbio (hoje, amanhã, muito, pouco, etc.) ou, desempenhe também na oração o papel de conjunção (quando, onde, como, etc.);
- b) sentido – propriedade relacionada à “à ideia que encerra, ou seja, quanto à circunstância que indica”; e
- c) forma – consoante a divisão em “advérbios propriamente ditos e em locuções adverbiais”.

Napoleão (1955, p. 273) afirma ainda que há situações em que o advérbio “aparece modificando substantivo”: a) Quando o substantivo vem empregado adjetivamente. És **quase** homem.; b) Em mais alguns casos: **Somente** Cabral descobriu o Brasil. (grifos do autor)

Note-se que os exemplos e a “inspiração” do autor parecem profundamente marcados por Eduardo Carlos Pereira. Napoleão Almeida e Eduardo Carlos Pereira, por razões diversas, reconhecem o advérbio como modificador de outra classe que não as “tradicionais”.

Como se pôde observar, Napoleão Mendes de Almeida e Marques da Cruz caucionam uma categoria de advérbios bastante especial, os de **ordem** (antes, depois, primeiro, primeiramente, secundariamente), que, todavia, dizem respeito mais à progressão do discurso que eventuais circunstâncias que cercam um verbo, adjetivo ou outro advérbio, embora nada comentem a respeito dessa diferença.

Ao nominar as conjunções coordenativas, Napoleão Mendes de Almeida causa espécie, ao relacionar entre as explicativas, segundo ele, “as que ligam duas orações, explanando na segunda o sentido da primeira” (1955, p. 352), **isto é, por exemplo, a saber, ou seja**, e **ou**, entre outras. Mais adequadamente talvez fossem

elas alocadas entre as expressões ou palavras que introduzem orações ou vocábulos cuja função é a de parafrasear algo antes mencionado. São termos e expressões que se ligam mais às regras de reconhecimento e de verificação do saber compartilhado pelos intervenientes na elocução que aos ditames sintáticos da coordenação. Registra o gramático como continuativas ou transitivas “pois (prepositivo), ora, na verdade, etc”. As continuativas ligam orações exprimindo continuação do discurso ou transição de pensamento. Aliás, menos que conjunções aparentam ser as continuativas palavras que garantem a progressão do discurso. Por conseguinte, talvez ficassem mais bem alocadas no quadro das palavras de “classificação à parte”.

Assevera Marques da Cruz (1942, p. 112) que em “*João e Pedro saíram*”, por exemplo, o vocábulo **e** não é conjunção: “[...] parece-me que é preposição **com** [...] Ou um advérbio..., **mais**...” (grifos nossos). Chamá-la-ia Oiticica partícula aditiva. Classifica o autor a palavra **aliás** (= de outro modo) como advérbio de modo, embora defina o seu uso como uma palavra corretiva, caso se acompanhe a terminologia de Oiticica (1947, p. 53): “usa-se depois de uma palavra ou de uma frase escrita ou pronunciada por engano, seguindo-se-lhe a emenda.” Ainda na senda de Marques da Cruz, encontram-se conjunções continuativas (ora e pois), em frases como “**Pois**, como eu ia contando o João resolveu partir”, em que o vocábulo tem vocação simultaneamente discursiva e expletiva. A preposição **até**, segundo o autor, pode ser advérbio, se tiver o sentido de **ainda** ou **mesmo**.

É consenso entre os gramáticos compulsados a circunstância de *afirmação*, que engloba os advérbios “sim, deveras, certamente, pois não, pois sim”. Segundo lição de Evanildo Bechara (2001, p. 292), os chamados advérbios de afirmação, de negação e de dúvida, em verdade, não o são, pois funcionam, antes, como “*substitutos de oração (pro-orações ou protextos)*, quando constituem o único termo de hipotética questão”.

A tendência das gramáticas pré-NGB era a de considerar os vocábulos supracitados como advérbios, preposições ou conjunções, embora não se quadrassem eles nas próprias conceituações de classe que elas ofereciam. O caráter morfossemântico do advérbio — palavra invariável e modificadora — identificado por Mattoso Câmara está presente nas definições de classe encontradas nessas gramáticas. Apontam elas, no entanto, para o descompasso entre as

propostas teóricas de conceituação do advérbio e os fenômenos que não se eximiram de registrar os gramáticos.

Não se pode deixar de consignar a parecença entre a definição de advérbio de João Ribeiro (1889, p. 20-1) e de Vitorio Bergo (1960, p. 3). Para este, advérbio é “[...] a palavra que modifica o verbo, o adjetivo, o advérbio ou uma oração inteira, indicando uma circunstância [...]”; para aquele, os advérbios fazem parte da “[...] classe de palavras ou locuções próprias para exprimir qualquer circunstância. Modificam o verbo, o adjetivo e ao próprio advérbio”.

Registre-se o fato de que entre uma e outra definição medeiam setenta e um anos. Ribeiro publicou o seu livro em 1889, e Vittorio Bergo em 1960. Interessante é que se constata a sobrevivência do conceito em atuais gramáticas destinadas ao alunado como, por exemplo, a de Faraco e Moura (1987, p. 279), que capitulam ser advérbio a “[...] palavra que modifica um verbo, um adjetivo, outro advérbio ou uma oração inteira [...]” ou a de Nicola e Infante (1997, p. 184) [...], que asseveram ser o advérbio “[...] a palavra que modifica o verbo, acrescentando-lhe uma circunstância. Os advérbios de intensidade podem modificar, além do verbo, o próprio advérbio e o adjetivo.” Na definição de Nicola e Infante ecoa algo das lições de Mattoso Câmara. Faraco e Moura, por sua vez, limitam-se a repetir a tradição canônica dos conceitos gramaticais.

Encontravam-se, no entanto, advérbios e preposições que “modificavam” substantivos e pronomes, o que extremava o contrassenso entre o fato linguístico e a sua interpretação, caso se não lançasse mão do argumento da exceção, uma vez que, de acordo com a praxe canônica, ao advérbio reservava-se a tarefa de modificar o verbo, o adjetivo ou outro advérbio, e à preposição, a função de ligar palavras ou orações.

Observa-se, então, que as gramáticas pré-NGB equacionavam a maleabilidade semântica dos “advérbios” como fenômeno intrínseco da frase, sem que se buscasse no discurso uma interpretação mais coerente para o impasse de um modificador invariável para o substantivo e o pronome. Propunham-se, no entanto, duas “saídas” para esse obstáculo teórico. A de Júlio Nogueira, que acena para uma teoria do discurso, e a de Martinz Aguiar, que será comentada a seguir, com algum vagar pela excepcional acuidade conceitual.

Martinz Aguiar (1996, p. 135), apresenta ponto de vista singular no seio da tradição gramatical pré-NGB. Para o estudioso, a definição canônica do advérbio é

“um erro e uma espécie de círculo vicioso [pois se refere ela a um termo que já deveria ser conhecido a priori quando se trata mesmo de definir tal termo]: Se eu não sei o que é **advérbio**, como é que me dizem **ser a palavra que modifica o advérbio**? E não poderá o advérbio modificar o nome substantivo e o pronome? (grifos do autor).

Não é suficiente afirmar que o advérbio modifica o adjetivo, o verbo ou outro advérbio, pois não se restringe a ação modificadora do advérbio a tais classes de palavras. O advérbio além de modificar o verbo, o adjetivo e outro advérbio, como consignava a tradição canônica gramatical, pode, sem dúvida, modificar o substantivo e o pronome.

Para Aguiar (1996, p. 136), é advérbio a palavra invariável que preencher dois requisitos: **ser modificativa e exprimir circunstância**. No exemplo a seguir, a palavra **só** modifica o substantivo e exprime circunstância de exclusão: “**Só** Deus é bom”, o que vale também para a sua variante “Deus **só** – é bom”. Antecipando-se à linguística distribucional, o estudioso oferece como contraprova de modificação do pronome pelo advérbio a substituição do substantivo *Deus* pelo pronome reto *ele*, ou seja, o pronome faz parte do mesmo paradigma a que se integra o substantivo. O efeito é o mesmo: temos um advérbio a determinar um pronome.

A peculiar concepção de Martinz Aguiar integra-o à tradição dos discursos canônicos sobre o advérbio e, simultaneamente, destrói-a, já que, para ele, não se trata de exceção, como registravam outros gramáticos, mas de papel próprio da categoria gramatical. Admitir que o advérbio possa modificar, não mais como exceção, o substantivo ou o pronome desloca o campo conceitual canônico de definição do advérbio. Comentando a NGB, Martinz Aguiar (1996, p. 139) afirma que “[...] algumas das partículas que a Nomenclatura Gramatical consigna como a exigir classificação nova são advérbios, conjunções e interjeições.” palavras como “também, ora” seriam “advérbios conjuntivos”; “eis” seria uma “interjeição”.

Trabalhos contemporâneos parecem esposar, seja consciente seja inconscientemente, essa tese de Aguiar, como se pode ler em Moura Neves (2000, p. 234) que, na linguagem de seu tempo, de cariz sintático, reconhece ser o “advérbio uma palavra periférica, isto é, ele funciona como satélite de um núcleo.” O

núcleo desse termo periférico pode ser um verbo, um adjetivo (ou sintagma com valor adjetivo), um advérbio (ou sintagma com valor adverbial), um numeral, um substantivo, um pronome, a conjunção embora, um enunciado ou o próprio discurso. A novidade é o conagraçamento entre a sintaxe e o que se poderia denominar semântica discursiva, ou seja, a distribuição funcional do “advérbio” acompanhando um substantivo aponta para a intervenção do enunciador no texto que produz, a modificação introduzida no substantivo ou no pronome não tem valor “qualificativo”, próprio do adjetivo, mas valor “judicativo”, comparem-se as frases seguintes: a) O homem só é infeliz. (adjetivo); b) Só, o homem é infeliz. (adjetivo); c) Só o homem é infeliz. (“advérbio”).

A continuar essa revisão de gramáticos pré-NGB, observar-se-á, agora, o trabalho de José Oiticica, que parece ser a “inspiração” da NGB quanto à criação da classe das palavras à parte. No prefácio da terceira edição (1939) do Manual de Análise (Léxica e Sintática), que também está na oitava edição (1947), agradece o autor aos “...jovens professores Almir Câmara de Matos Peixoto, Antônio Houaiss, Silvio Elia, Rocha Lima as sugestões que o levaram a realizar emendas sérias, modificações de quadros e acuramento na disposição geral”. Os nomes de Silvio Elia e de Rocha Lima farão a ponte entre os ensinamentos do professor e a novidade da NGB.

Oiticica divide a gramática, como também o fazem outros estudiosos pré-NGB, em duas partes: **Lexiologia** e **Sintaxe**. Cabe à lexiologia investigar a Fonologia, a Taxionomia, a Morfologia, a Campenomia, a Etimologia e a Semântica; à Sintaxe, a regência, a concordância e a posição.

A sua definição para a Taxionomia, “estudo das funções da palavra”, e o seu método para estabelecer os traços distintivos entre os morfemas (fala em caracteres essenciais ou diferenciais: a palavra *cadeira* distingue-se de *sofá*, por exemplo, pelo traço *com um lugar*, numa antecipação da Linguística Estrutural de um Greimas com seus semas e sememas) garantem-lhe lugar diferenciado na história das investigações linguísticas sobre o Português.

Oiticica (1947, p. 30) aponta quatro funções desempenhadas pelo vocábulo no enunciado: a) **Nominal** – abrangendo substantivos e verbos; b) **Modificativa** – agrupando adjetivos e advérbios; c) **Conectiva** – acolhendo preposições e

conjunções; e d) **Pronominal** – reunindo pronomes, verbos vicários e advérbios-pronomes.

Ao destrinçar a classe do advérbio, palavra modificadora do verbo, ao qual se juntam a fim de exprimir “circunstâncias que cercam ou precisam uma ação”, transfere os advérbios de intensidade, por se prenderem a adjetivos ou a outros advérbios, à categoria das palavras ou partículas gradativas. Os advérbios de exclusão e de inclusão da velha gramática não podem também ser capitulados em tal classe, uma vez que não se referem ao “verbo, [mas] ao substantivo”, como também não podem integrar-se à classe dos advérbios as palavras que expressam afirmação ou negação, pois não há nos dois casos modificação do verbo. De acordo com Oiticica (1947, p. 45), na “numerosa classe dos denotativos”, se adjungirão esses “advérbios”, algumas “conjunções”, “preposições” e também “interjeições”.

A característica básica desses denotativos (1947, p. 49) é o fato de não se referirem ao verbo e, portanto, não expressarem circunstâncias, como pensavam os gramáticos de sua época:

dessa impossibilidade de classificação, dessa insuficiência da taxionomia fixada pelos gramáticos antigos, são testemunhas todos os professores que se veem atordoados, muitas vezes com as classificações em aula, e os próprios gramáticos nas suas estranhas divergências.

Aduz em comprovação, quando se trata de preposição, o fato de os denotativos exigirem pronome pessoal em forma reta, já a preposição “pede” pronome oblíquo tônico: *Ele veio até mim x Todos foram, até eu*. Oiticica afirma que não é possível aceitar a classificação como advérbios de palavras que não expressam circunstâncias, essas palavras são “inclassificáveis no quadro tradicional”. Acredita, então, ser indispensável “completar o quadro da taxionomia, criando outras categorias gramaticais” Para que isso ocorra, os gramáticos devem voltar atenção para as palavras “[...] que exprimem **emoção** ou palavras **emotivas**[...]” e para as palavras que “[...] exprimem meros acidentes do discurso, como as interrogações, afirmações, confirmações, realces, correções, ressalvas, exclusões, designações, etc”. (1942, p. 50) Assim, distinguir-se-ão três classes de palavras: a) **ideativas**, que compreenderão as nominativas, modificativas e conectivas; b) **emotivas**, que abarcarão as interjetivas e intensivas; e c) **denotativas**.

As palavras denotativas se subdividem em:

- c.1) aditivas – com, e, mais etc.
- c.2) afirmativas positivas – sim, certo, certamente, sem dúvida etc.
- c.3) afirmativas negativas – não, nada, nunca, qual nada etc.
- c.4) avaliativas – acima de, mais ou menos, por volta de, quase etc.
- c.5) comparativas – como, por assim dizer etc.
- c.6) concessivas – ainda, mesmo, quando muito, sequer, todavia etc.
- c.7) corretivas – aliás, digo, minto, não, melhor etc.
- c.8) designativa – eis.
- c.9) distributivas – primeiro, primeiramente, depois, enfim etc.
- c. 10) escusativas – perdoe-me, desculpe, com licença etc.
- c. 11) exclusivas – só, somente, salvo, senão, apenas etc.
- c.12) expletivas – ora, lá, se ainda, só etc.
- c. 13) explicativas – como, a saber, por exemplo, isto é etc.
- c.14) gradativas – muito, pouco, mais, menos, tão etc.
- c. 15) inclusivas – também, até, mesmo, inclusive etc.
- c. 16) preventivas – aliás, olhe, note bem etc.
- c. 17) seletivas – mormente, principalmente, sobretudo etc.

As palavras denotativas transitam da sintaxe para o discurso, de acordo com José Oiticica, (1947, p. 50) “[...] elas não exprimem nenhuma ideia propriamente, mas indicam certos movimentos ou operações subjetivas e indispensáveis à compreensão do pensamento ou às suas cambiantes.” Elas não só podem marcar a presença do enunciador em seu enunciado como também assegurar a progressão do seu discurso. Com José Oiticica, espriam-se as palavras por classes outras, naturalmente por conta da contextualização das frases. Já não se trata de palavras em frases, mas frases em contextos específicos, falados ou escritos, assim, toma-se compreensível a definição de José Oiticica para a Taxionomia: as palavras em funcionamento. Os advérbios, os verbos, as preposições, as conjunções, podem, em

dados contextos, funcionar como palavras denotativas, exprimindo “acidentes” do discurso. Observem-se os exemplos, retirados do livro de José Oiticica (1947, p. 52-55):

- a) João **mais** Pedro foram à festa.
- b) Não é bom, **nem mesmo** sofrível.
- c) Passamos, **isto é**, pulamos uma vala.
- d) Falaram na reunião, **primeiro** Paulo, **depois** Lúcio, **finalmente** teu irmão.
- e) **Somente** João teve coragem.
- f) **Ora** vamos lá, conta isso.
- g) Era **tão** lindo.
- h) **Até** Maria dançou.

A classificação de José Oiticica, caso fosse implementada, reorganizaria de forma radical o quadro morfológico das palavras. Ao procurar viabilizar como critério classificatório as dimensões emotiva e denotativa, Oiticica alarga os limites da investigação, antes centrados no puramente racional ou racionalizável, levando-os às fronteiras do subjetivo e da construção do texto. Lembra a posição de Oiticica algo de Júlio Nogueira, que clamava agirem sobre os enunciados da língua os hábitos da linguagem enfática ou da familiar.

Eneida Bomfim (1988, p. 51-53) assinala que as observações de Oiticica deixam entrever dois traços diferenciais de alguns advérbios e de outras palavras: “caráter subjetivo” e “função textual”, ou seja, tanto podem estar ligados ao sujeito da enunciação como estabelecer as condições para a progressão textual. Não se furta a autora ao comentário da proposta de palavras denotativas de Oiticica. Segundo ela, “[...] merecem atenção especial a concessivas [...], exclusivas [...], inclusivas [...], seletivas [...].” Concorde, como Oiticica, que as chamadas conjunções adversativas (porém, contudo, todavia, entretanto) são verdadeiramente partículas concessivas. Para Eneida Bomfim, essas palavras não apresentam comportamento típico de conjunções, visto que, no período, contrariamente às conjunções, “desfrutam liberdade de posição”: “a) Ele saiu, (porém) [‘também propendem para a ser mais advérbios... nem e porém, graças ao deslocamento que podem experimentar na proposição’], contudo, todavia, entretanto) voltará mais tarde”; “b) Ele saiu, voltará (porém, contudo, todavia, entretanto) mais tarde” e

podem ocorrer com outra conjunção, “inclusive mas, a conjunção adversativa por excelência”: c) Ele saiu, mas poderá, (porém, contudo, todavia, entretanto), voltar mais tarde.

A liberdade de posição no interior do período não é novidade. Maximino Maciel, como já se registrou aqui, assinalara essa variedade posicional! do que chamou advérbios de concessão. Caso se observe o mesmo critério para as chamadas conjunções coordenativas conclusivas, não se poderá deixar de render tributo a Maximino que, mais uma vez, anteviu o possível equívoco de alocar tais palavras no quadro das conjunções coordenativas. *Logo, portanto, pois (aliás, sempre pospositivo)* e equivalentes também gozam dessa liberdade posicional no interior do período, como se pode ver no exemplo de Eneida Bomfim (ibidem): d) Houve um acidente, chegarão, (logo, portanto, pois, então) atrasados.

Ao comentar o grupo das exclusivas e de sua contraparte, as inclusivas, Eneida Bomfim discorda do argumento de Oiticica, baseado em lição de Said Ali, de elas contrariarem o comportamento das preposições quando regem pronomes pessoais. Não é, então, suficiente dizer que **exceto, salvo, menos, inclusive, e até** não são preposições porque em determinadas situações “pedem” pronomes pessoais retos e não oblíquos tônicos como o exigem as preposições. No caso dos pronomes retos ressalta-se a “inexistência de uma relação de subordinação característica dos elementos ligados por preposição.” Para a autora, “[...] a verdadeira diferença está no paralelismo sintático observado entre o antecedente e o conseqüente., caso se empregue o pronome reto; o mesmo não ocorrerá [confrontem-se os exemplos e e f a seguir], caso se apresente a preposição dita essencial, que estabelecerá uma relação de subordinação entre os termos.”

e) Faltaram vários alunos, salvo ele. (pronome reto é sujeito como o é vários alunos)

f) Apesar de ti, com teus rogos e súplica, nada conseguimos. (ibidem)

Por outro lado, Eneida Bomfim afirma que as palavras de inclusão e de exclusão não são advérbios, não por não exprimirem circunstâncias, mas por serem transitivas. *Exclusivas, seletivas e inclusivas* são palavras que têm “como função a necessidade de exatidão por parte do locutor” — diz ela, que concorda que os chamados advérbios de negação e de afirmação dizem respeito a atitudes do locutor e não introduzem circunstâncias na oração, “não dizem respeito ao processo verbal

nem são intensificadores”, conforme a clássica definição de advérbio, não sendo, portanto, advérbios, o que corrobora a visão de Oiticica.

Oiticica procurou de forma sistemática abrir lugar na descrição gramatical tanto para os fenômenos do enunciado como para os fenômenos ligados às condições de produção textual, ou seja, como afirma Halliday (cf. Azeredo, 1990, p. 122) “[...] cumpre à linguagem possibilitar o estabelecimento de veículos com ela própria e com as características da situação em que é usada”. As “palavras denotativas” são “veículos” à disposição do enunciador para que ele não só manifeste o modo como considera o seu enunciado como também determine o modo como construirá a própria gramática de seu texto. Com elas, a análise passa do nível da frase para o nível do discurso.

Ao término desse percurso através das gramáticas pré-NGB, caso se esteja livre do “argueiro” da modernidade, perceber-se-ão os resultados de reflexões acuradas a respeito da estrutura do Português. E evidente que não se buscaram continuidades entre dois momentos epistemologicamente distintos, mas não se hesitou em apontar o resultado de intuições, de observações e de descrições que se aproximam de novas versões para os fenômenos estruturais da língua portuguesa. Ainda que algumas dessas contribuições tenham experimentado o esquecimento de cinquenta ou sessenta anos, conservam o frescor de novidade, caso sejam lidas em seu contexto histórico.

Os próprios gramáticos pré-NGB já reconheciam o comportamento inusitado de determinadas palavras alocadas na classe dos advérbios, na das preposições e na das conjunções. Conservaram-nas, porém, nessas classes, não obstante procurassem descrever divergências de seu comportamento; discutiram-se conceitos; advogaram-se critérios de caracterização de classes, que passavam pela mobilidade posicional, pela comutação de paradigmas e pela discriminação de traços constituintes; admitiu-se a pressão de registros linguísticos que afetavam a própria adequação dos conceitos; atentou-se às condições de produção dos discursos.

As reflexões e sugestões de José Oiticica, pode-se dizer, estão no espírito da NGB. Reencontra-se, por exemplo, na modernidade, a constatação de Martinz Aguiar de que falece de consistência teórica o conceito próprio de advérbio, como ressalta o moderno Mário Perini (2001, p. 338): “[...] a definição tradicional fala da propriedade [do advérbio] de “modificar” itens de outras classes – ou mesmo de

‘modificar o próprio advérbio’, o que introduz na definição um elemento de circularidade que a inviabiliza.”

Martinz Aguiar, Eduardo Carlos Pereira, Napoleão Mendes de Almeida e Júlio Nogueira reconhecem o “advérbio” pode ser um termo “satélite” ou “periférico” de um substantivo ou de um pronome, como assevera também Moura Neves. As palavras denotativas relembram sintática e discursivamente algumas das considerações de Júlio Nogueira, as quais parecem consubstanciar-se na denominação **marcadores de foco** proposta por José Carlos Azeredo (1990, p. 125):

Sintaticamente falando, tudo que se pode dizer dessas unidades é que elas ocupam a fronteira dos sintagmas, pois não servem de bases, de modificadores, de conectivos ou de transpositores. Elas marcam fronteiras sintagmáticas, exprimindo certas informações que o locutor considera relevantes por serem ‘novas’ para o ouvinte.

A interferência das regras próprias da língua falada (enfática, familiar) ou de instrumentos que garantam a progressão textual, como os advérbios de ordem de Napoleão Mendes de Almeida ou as palavras distributivas de Oiticica remetem à análise de Koch (1989, p. 61), que assinala como elementos de coesão textual os marcadores de situação no tempo e/ou no espaço que funcionam ou podem funcionar “[...] como demarcadores de episódios na narrativa, como indicadores da ordem segundo a qual os assuntos abordados no texto serão desenvolvidos, etc.”

Enfim, a contribuição teórica e prática desses gramáticos constitui um território perdido na passagem da “babel terminológica” pré-NGB ao reinado da NGB. Abandonaram-se, com se verá a seguir, caminhos de investigação que, com certeza, tomariam menos obscuro o entendimento da estrutura do Português e, simultaneamente, poderiam ajudar professores e alunos a trilhar o caminho da compreensão da língua que falam (ou pensam que assim o fazem).

4 A MODERNA TRADIÇÃO

A consolidação da NGB refletiu-se no modo como as gramáticas passaram a organizar-se. Por um lado, em respeito à tradição escolar de ensino, procuraram adaptar à nova nomenclatura os conceitos morfossemânticos que já circulavam pré-NGB; por outro, consagraram, como propusera o documento oficial, lugar específico para as “palavras denotativas”, a nova, e talvez única, “classe” proposta pela NGB. Esse lugar, logo depois da classe dos advérbios, não parece ter sido aleatoriamente escolhido, os gramáticos pré-NGB tinham em conta de advérbio, em sua maioria, as palavras e locuções que, hoje, integram o quadro de denotativos. Tornar-se-á, em cada uma das gramáticas pós-NGB, matéria canônica a nota **b** do capítulo VII da Portaria no 36, como se verá a seguir.

Os autores, de variado estilo e interesse, repetem em tom monocórdio a lição da comissão de notáveis, sem que se perguntem o porquê da nova classe. É esse fato, talvez, clássico exemplo da injunção saber/poder de que já se falou. O poder habilita, e o saber divulga, independentemente do tipo de discurso das gramáticas (científico, pedagógico, didático) uma forma de interpretação — o cânone — que não precisa ser comprovada para além de sua própria enunciação. Não importa tanto o tipo de discurso, mas o que ele escolheu para consagrar como verdade dos fatos.

Os gramáticos pós-NGB, em sua maioria, não se preocuparam com a caracterização da “classe das palavras à parte”. Talvez a maior crítica que se possa fazer aos gramáticos que se encarregaram de divulgar a NGB seja esse desinteresse para com essa caracterização. Não há preocupação teórica ou esforço didático a fim de estabelecer uma categoria de palavras, cujo perfil conceitual vinha sendo delineado por não somente uma tradição de gramáticos como por uma nova ciência – a Linguística. Limitam-se quase todos a transcrever uma lista que replica aquela proposta pela NGB, sem tecerem qualquer juízo sobre a sua validade ou sem discriminarem, com as exceções de praxe, o seu comportamento frasal ou contextual.

Eis, por exemplo, como as apresentam Faraco e Moura (1987, p. 284):

Algumas palavras e locuções, que eram consideradas advérbios, na verdade não se enquadram em nenhuma das dez classes gramaticais. A NGB faz uma classificação à parte dessas palavras e locuções chamando-as de palavras denotativas.

E listam-nas:

- | | |
|--|--|
| a) designação – eis; | d) explicação – isto é, ou melhor, por exemplo...; |
| b) exclusão – apenas, salvo, só, somente, exceto...; | e) realce – cá, lá, é que, só, mas...; |
| c) inclusão – até, inclusive, mesmo, também...; | f) retificação – aliás, isto é, ou melhor...; |
| | g) situação – afinal, agora, então.... |

Talvez se possa alegar em relação à gramática de Faraco & Moura o fato de tratar-se de gramática escolar, mas situação semelhante se mostra em Cunha & Cintra (1985, p. 540): “Certas palavras, por vezes enquadradas impropriamente entre os advérbios, passaram a ter, com a Nomenclatura Gramatical Brasileira, classificação à parte, mas sem nome especial.”

Não podem ser advérbios, e os autores compartilham com a tradicional e pré-NGB visão do advérbio como modificador invariável de determinadas classes, pois não modificam o verbo, nem o adjetivo, nem outro advérbio.

Ao tratarem do advérbio, de onde migraram grande parte das palavras denotativas, Cunha e Cintra (1985, p. 531) registram o ponto de vista da Nomenclatura Gramatical Portuguesa, que reconhece os advérbios de **ordem**, os de **exclusão** e os de **designação**, como faziam os gramáticos pré-NGB, e observam que a NGB os incluiu “[...] num grupos à parte, inominado, em razão de não apresentarem as características normais dos advérbios, quais sejam as de modificar verbo, o adjetivo ou outro advérbio.”

O que se pode depreender da lição dos dois autores (1985, p. 530) é que as palavras denotativas teriam pertencido somente à classe dos advérbios, parecem não aceitar que preposições e/ou conjunções possam ser alocadas nessa nova classe. Ressalvam os autores que a categoria dos advérbios reúne “[...] tradicionalmente numa classe heterogênea, palavras de natureza nominal e pronominal com distribuição e funções às vezes muito diversas.”

Apontam ambos a tendência entre os modernos linguistas de reexaminar o conceito de advérbio, chegando, em casos extremos, à eliminação da categoria do seu léxico conceitual.

A lista de palavras denotativas de Cunha & Cintra é semelhante à de Faraco & Moura (a categoria das explicativas só aparece na gramática de F&M), mas o número de categorias pode variar de autor para autor sem que isso implique qualquer tipo de desdouro à objetividade científica do gramático. O critério de

escolha parece ser amplamente subjetivo, cabendo aos autores registrar o que lhes apetece.

Cunha & Cintra (1985, p. 540) reconhecem o débito da NGB a Oiticica, assinalando que a denominação PALAVRAS DENOTATIVAS “foi proposta pelo professor Oiticica.” Afirmando, no entanto, que empregam tal designação por falta de outra “mais precisa e mais generalizada, uma vez que ‘denotar’ é próprio das unidades lexicais em geral.”

Em Gramática voltada para boa parte dos professores de Comunicação e Expressão (Savioli, 1981, p. 301), de cunho portanto eminentemente prático, com a eventual teorização condensada, encontra-se o infalível dogma: “Certas palavras, muito semelhantes ao advérbio, por não se encaixarem com rigor dentro dessa classe de palavras, são classificadas como palavras denotativas.”

Savioli (1981, p. 300) menciona o procedimento a ser adotado para a caracterização do advérbio, fundando-o em 3 “arquétipos conceituais”: “a) sintático – é uma classe ‘associada a verbo, adjetivo ou ao próprio advérbio’; b) mórfico – é palavra invariável; c) semântico – denota circunstância de modo, tempo, lugar, etc.”

Note-se que se eles podem ser características também comuns às palavras denotativas, estes, todavia, apontam para um tipo de “modificação” que foge ao escopo do advérbio, uma palavra denotativa pode associar-se a um substantivo, por exemplo, “modificando-o”.

Em Domingos Paschoal Cegalla (1989, p. 221), reencontram-se as mesmas denominações de Faraco & Moura e de Cunha & Cintra, acrescidas ou renomeadas. Assim, transformam-se as palavras de explicação, que passam a de explanação; surgem as palavras de limitação (*só, apenas, somente, unicamente*), cujo parentesco com as palavras de exclusão é acentuado, e de afetividade (*felizmente, infelizmente, ainda bem*). Esta última categoria também é identificada com a dos advérbios de oração (cf. Bechara, 2001, p. 287). Cegalla (1989, p. 221), repisa a já sabida lição: “certas palavras e locuções — outrora consideradas advérbios — que não se enquadram em nenhuma das dez classes conhecidas [...]”, deverão integrar-se ao grupo das palavras e locuções denotativas. Embora haja consenso sobre o fato de não serem advérbios, não parece necessário aos gramáticos que se apontem os traços que singularizam tal grupo de palavras heterogêneo no interior da estrutura da língua. Em livro de Português, destinado ao ensino médio, assinado por Emilia Amaral, Mauro Ferreira, Ricardo Leite e Severino Antônio (2000, p. 411),

ensina o seguinte: “Existem certas palavras e locuções que são muito semelhantes a advérbios, embora a Nomenclatura Gramatical Brasileira (nomenclatura oficial) atribua a elas uma classificação particular. Trata-se das palavras denotativas.”

Ainda que não afirmem com todas as letras, parece os autores crerem que as palavras de “classificação à parte” são, na verdade, advérbios. Registram-nas, no entanto, como denotativas conforme determina a “nomenclatura oficial”. Aliás, não apresentam argumentos que sustentem a sua crença, a não ser a hipotética semelhança (morfológica? semântica? sintática?) com o advérbio.

Rocha Lima (1979, p. 155), um dos mentores e críticos de primeira hora da NGB, além de prestimoso colaborador de José Oiticica, não se refere de forma explícita à NGB, ao apresentar, em observação, as palavras denotativas. Depois de repisar o cânone a respeito das palavras denotativas: “[...] não exprimem nenhuma CIRCUNSTÂNCIA, razão pela qual não se podem, a rigor, considerar advérbios [...]”, assinala o papel dessas palavras e locuções, que, num enunciado contextualizado, “[...] antes modificam a frase em sua totalidade do que ao verbo em particular, manifestando-se, por meio delas, uma apreciação da pessoa que fala.”

Para Rocha Lima, as palavras que indicam afirmação (*sim, certamente, com efeito*) ou negação (*não, qual nada!*) não são advérbios e integram-se ao grupo das denotativas. Rascunha-se, assim, o papel das denotativas, que saltam da frase, do universo sintático, para o do discurso, para a esfera do contexto, indiciando o modo como o enunciador se coloca no que fala ou escreve. Seus dois exemplos podem dar a dimensão desse deslocamento: “a) **Felizmente**, não choveu. b) **Decerto**, ele ajudará o irmão.” (1979, p. 155)

Adriano da Gama Kury, em livro didático de 1965, adverte que dadas palavras classificadas seja como advérbios, seja como preposições, e mesmo como conjunções, não pertencem, em verdade, a nenhuma dessas categorias. Assinala, então, que a NGB “[...] recomenda sejam classificadas de acordo com a sua significação [...] (1965, 179)”, listando as mais frequentes. Discrimina como característica comum das palavras de exclusão e de inclusão o fato de aparecerem “[...] junto de substantivos ou pronomes [...]”; consigna, também, as palavras de afirmação ou assentimento, entre as “[...] palavras de classificação difícil (1965, 179).” Mais adiante, ao tratar das conjunções, registra o fato de, ainda naquele período, grande parte das gramáticas incluir entre as conjunções coordenativas as

chamadas continuativas (ora, pois bem, depois, além disso, demais, com efeito, na verdade, outrossim, de fato), que não seriam conjunções, porquanto não ligariam palavras ou orações de mesmo valor. Segundo ele, essas palavras ou se prestariam ao papel de advérbios ou de “[...] palavras de transição entre um assunto e outro (1965, p. 195).” O autor, neste último caso, retoma a lição de Oiticica (), que adverte: “[...] não se podem deixar de ver entre as palavras listadas aquelas que denotam adição (outrossim, além disso, demais), realce (ora), distribuição (depois), afirmação (pois bem, com efeito, na verdade).”

Kury (1965, p. 195) parece atento para o papel dos denotadores no discurso. A sua conceituação de conjunção, por exemplo, permitiu-lhe detectar, quando se analisam as chamadas conjunções continuativas, o equívoco cometido, por gramáticos como Napoleão Mendes de Almeida, que abona tal categoria, confundindo, no entanto, o fato de ligar orações com o de possibilitar quer o comentário sobre o que se enuncia, quer a transição de argumentos e de assuntos no processo de constituição do discurso.

Há, por outro lado, na apresentação dos argumentos que possibilitam a discriminação da classe dos advérbios no texto de Evanildo Bechara (2001) contribuições interessantes para a compreensão do funcionamento semântico-sintático dos advérbios e da eventual singularização das palavras denotativas. Comentar-se-á, primeiramente, a proposta de descrição e de caracterização dos advérbios; posteriormente, observar-se-á o tratamento que o gramático dá à classe das conjunções; e, por fim, apresentar-se-á sua visão para essa classe de palavras.

Evanildo Bechara (2001, p. 289), na nova versão de sua gramática, assevera que o advérbio é o ponto de transição entre os vocábulos variáveis e os invariáveis. Assinala também que a discriminação das circunstâncias expressas pelos advérbios ora se pauta por “[...] critérios léxicos (semânticos) [...], ora por critérios funcionais.” Bechara assinala que o advérbio é um modificador com função oracional de adjunto adverbial e entende que alguns advérbios possam aparecer em função de modificador do substantivo, desde que o substantivo seja tomado “[...] não tanto enquanto substância, mas enquanto qualidade que esta substância apresenta [...]” (2001, p. 288), o que soa semelhante ao que já ponderara Eduardo Carlos Pereira. Para Bechara, o advérbio também pode referir-se a uma *declaração inteira* e

funcionar como predicativo, à “*maneira dos adjetivos.*” Seus exemplos são os seguintes:

- a) Gonçalves Dias é **verdadeiramente** poeta. [PL apud EBm 1,8] – o advérbio modifica o substantivo.
- b) Pessoas **assim** não merecem nossa atenção. - advérbio, posposto, modifica o substantivo.
- c) **Felizmente**, José chegou. - o advérbio refere-se a uma declaração.
- d) A vida é **assim**. - o advérbio está em função predicativa.

Em **c**, o que, para Rocha Lima (1979, p. 155) e Cegalla (1989, p. 221), seria uma palavra denotativa é, para Bechara, um advérbio de oração.

Bechara (2001, p. 288), na esteira de Mattoso Câmara, atribui à insidiosa mobilidade semântica e funcional do advérbio a dificuldade de caracterização da classe. Parece que se não estaria em erro caso se acrescentasse a essa volubilidade semântico-funcional a já reconhecida ductibilidade posicional do advérbio, como apontara Júlio Nogueira.

Em linhas gerais, para Bechara (2001, p. 289), o advérbio, além de suas funções canônicas pode, por um lado, “modificar” um substantivo e, por outro, desempenhar o papel de marcador de relações textuais. Discordando da configuração conceitual para a classe proposta pelas gramáticas que se apoiam na NGB, não hesita em considerar advérbios que “[...] estabelecem relações interacionais ou intertextuais [...]” conjunções adversativas (entretanto, contudo, todavia, não obstante), explicativas (porquanto, pois), conclusivas (logo, portanto, então, assim), valendo-se da já citada capacidade de distribuir-se na oração em posição diversa da que a conjunção assume, lição de Maximino Maciel, como já se viu. Justifica Bechara a sua posição apontando o fato de o conectivo coordenativo juntar no mesmo período “orações independentes”; já os advérbios assinalariam relações semânticas entre o que se enuncia e o que já foi enunciado. Para Oiticica (cf. Bechara, p. 291), não se deve esquecer, tais vocábulos pertenceriam ao grupo das palavras denotativas.

Ao tratar dos vocábulos tradicionalmente denominados advérbios de afirmação, de negação, de dúvida e de oração, Bechara (Bechara, p. 293) afirma gozarem de singularidades que os levam para além das funções que se considerariam específicas do advérbio. Tais vocábulos em determinados contextos encarnariam papéis textuais “antitáticos” e “hipertáticos” que lhes permitiriam a “retomada ou substituição de uma unidade de um plano gramatical qualquer, já

presente ou virtualmente presente ou previsto no discurso” (2001, p. 292), características que os remeteriam a dimensões funcionais não necessariamente canônicas. Como índices de antitaxe, esses vocábulos reportam-se, como respostas, a enunciados textuais. Como marcadores hipertáticos, abandonando a condição de palavra, funcionariam como “cláusulas” oracionais e textuais de comentário. Aliás, para o filólogo, presentificam esses fenômenos um nível de estruturação da língua cuja análise só será feita a contento caso se explicita a rede de interferências extralinguísticas que está no nascedouro das manifestações discursivas. Lembra, então, o autor que não se deve querer aplicar a tais situações a “[...] série de características canônicas do advérbio que se acha exclusivamente preso às referências do núcleo verbal.” (2001, p. 293)

Consigna Bechara a orientação da NGB a respeito do grupo das palavras denotativas. Não só a redação que dá ao passo como também os argumentos que aduz sugerem que talvez parte desses “denotadores” pudesse integrar-se à classe dos advérbios. Não obstante, depois de chamar a atenção para o fato de que essa “classe ou grupo heterogêneo” parcialmente coincide com a proposta de José Oiticica, Bechara (2001, p. 291) registra que muitas das chamadas palavras denotativas “[...] têm papel transfrástico e melhor atendem a fatores de função textual estranhos às relações semântico-sintáticas inerentes às orações em que se acham inseridas.” Parece, então, claro que, para Bechara, os denotadores não podem ser analisados com o aparato conceitual da “gramática da frase”, já que remetem à dimensão discursivo-pragmática do enunciado. No nível transfrástico, que diz respeito às relações contraídas entre os termos no momento da enunciação, já que é um “[...] fenômeno do plano do ‘discurso’ ou do ‘texto’ [...]” (2001, p. 500), os denotadores indiciam papéis polivariáveis de locutor e interlocutor, balizando referências que remetem, por um lado, à trama linguística; e, por outro, à identidade social dos indivíduos. O todo discursivo possui, então, leis próprias que ultrapassam ou podem ultrapassar os limites sintático-semânticos de estruturação da oração.

Com Bechara, recupera-se, no interior do território das gramáticas que seguem a NGB, a prática da autoria, que assinala a diferença entre o investigador dos fenômenos linguísticos e o ideólogo da NGB. O gramático, agora, não se limita ao comentário da NGB, ao âmbito ideológico da nomenclatura, reassumindo a sua função de produzir conhecimento. Ao demarcar o lugar das palavras denotativas — não são elas fenômenos que se manifestam no âmbito interno dos termos que se

articulam a fim de formarem as orações, situando-se na esfera do discurso ou na das fronteiras oracionais —, produz, no entanto, um efeito de deslocamento em relação à capacidade da NGB de descrever a língua, pois reconhece a insuficiência estrutural da nomenclatura oficial para tratar dessas palavras. Talvez por primeira vez um gramático assinala o caráter único da única, classe depreendida pela NGB. Por ironia, sua característica é não pertencer ao universo que a própria NGB criou.

5 A MODERNIDADE DA TRADIÇÃO

Contemporaneamente, estudos gramaticais paralelos e revisionistas, geralmente de base linguística, reacendem polêmicas sobre a legitimidade descritiva da NGB com resultados diversos no universo da prática escolar. E, por momento, que se permita a digressão, não se pode furtar a investigação ao registro, mesmo que superficial, dos efeitos dessa leitura defeituosa de obras cujo objetivo não é, e nem poderia ser, precipuamente conduzir a redação de livros escolares. Trata-se de obras voltadas a público específico, e nelas trabalham-se conceitos e ideias, não lhes interessando maior objetivo pedagógico.

Quando se não abandona a nomenclatura oficial, insinuam-se na gramática e nos livros didáticos termos que, metamorfoseados de calão técnico, desorientam o próprio professor, sem que se comprove algum proveito para o ensino da língua. A necessidade de parecer moderno tem levado o professor a assumir o papel de teórico, introduzindo nos livros didáticos nomenclatura mal digerida pelo mero prazer da novidade, como registra Claudio Cezar Henriques (1999, p. 47):

no que concerne ao professor, a linguagem técnica assumiu uma pompa capaz de impressionar inclusive os mais criativos terminólogos de outrora, havendo até os que passaram a incluir o estudo de cláusulas no capítulo que trata das orações. E os que não propõem mais a seus alunos que reescrevam seus textos, mas que pratiquem a sua refacção.

Claro está que se não confundem a pura investigação teórica e a sua divulgação e vulgarização por meio da escola: o teórico produz; a escola reproduz. Semelha-se, todavia, o momento atual ao que, sem malícia, se poderia denominar o “retorno do recalçado” – a volta à tradição pré-NGB, muita vez ao que de menos adequado tinha ela: a denominação pela denominação. Foge, é certo, ao âmbito do trabalho o aprofundamento diagnóstico dessa sintomatologia; não havia, entretanto, por que não registrá-la antes de retornar ao objetivo central.

Caracteriza-se, então, boa parte das modernas investigações pós-NGB c pelo retorno, no mais das vezes, inconsciente, ao quadro da tradição gramatical pré-NGB. O seu índice é a distribuição das palavras denotativas pela classe dos advérbios.

Vale-se José Rebouças Macambira das lições do estruturalismo linguístico na caracterização dos fenômenos do Português. Macambira, que se declara “mecanicista [quem acha que o comportamento, e portanto a linguagem, está subordinado ao sistema], com moderação” (1974, p. 21), consigna hierarquia classificatória para os termos da língua, transcrita aqui em ordem decrescente de importância: critério morfológico, formal ou mórfico; critério sintático ou funcional, “[...] a palavra estudada [...] em grupo, em sociedade, ao contacto de outras formas linguísticas [...] (1974, p. 18)”; e critério semântico. Buscará configurar a sua classificação obedecendo à orientação “conciliatória” de critérios ora prevalecendo o mórfico, ora o sintático, e, em último caso, o semântico, de menos-valia para o seu quadro classificatório.

Não é válida para Macambira (1974, p. 43) a definição de advérbio, classe em que alocou as palavras denotativas, como “[...] palavra que exprime **circunstância**[...]”, pois leva a ‘círculo vicioso’, já que, para saber o que é advérbio, deve-se saber o que é circunstância. Da mesma forma, aceitar que o advérbio “...modifica o verbo, o adjetivo e próprio advérbio[...]”, remete também à circularidade da definição, visto como “[...]supõe já sabermos o que procuramos saber, pois em parte o advérbio é a palavra que modifica o advérbio.” Aliás, segundo Macambira (1974, p. 43), o advérbio é semanticamente indefinível, não sendo pertinente definir tal classe como composta de palavras que exprimem qualidade ou circunstância, substantivos e adjetivos também exprimem circunstâncias ou qualidades. O máximo que se pode dizer semanticamente do advérbio é que ele é apenas um termo restritivo. De acordo com o seu ponto de vista, se se aceitar a definição corriqueira de advérbio, devem-se ajuntar às classes que sofrem a modificação do advérbio o pronome, o numeral e, *excepcionalmente*, o substantivo, com se vê pelos seus exemplos: a) **Apenas** o médico esperava o desfecho; b) **Só** Deus é grande; c) Eu era **quase** o dono.

Macambira traz à colação de sua argumentação (1974, p. 44) o ponto de vista de Nesfield, que admite o advérbio modificar também conjunções e preposições: exatamente sobre, somente porque, não importando que a qualificação introduzida pelo advérbio seja entendida apenas sobre a preposição ou a conjunção ou “toda frase ou toda cláusula”. Macambira (1974, p. 45) estende, então, o espectro modificativo do advérbio por todas as classes gramaticais, com exceção do artigo e

da interjeição, e inclui as orações como capazes de receber o advérbio como modificador, caso em que ele “pode resolver-se em oração nominal.” Afirma (1974, p. 43) ainda, que, sintaticamente, é advérbio qualquer palavra invariável que se articula com os advérbios tão, quão ou bem, pertencendo também a essa classe as palavras que funcionam como terceiro elemento dentro de uma forma composta de “[...] pronome subjetivo e verbo intransitivo.” Macambira (1974, p. 42) mostra que o critério mórfico identifica principalmente como advérbios as palavras terminadas em “[...] -mente, pois os outros advérbios não podem ser formalmente determinados[...]” para além do traço da invariabilidade flexional, e registra a existência de advérbios de exclusão (introduzidos também por preposições como exceto, salvo, menos), e de aditamento (introduzidos por além de).

Destaque-se na exposição de Macambira a proposta de extensão do poder modificador do advérbio a praticamente todas as classes, algo que ecoa como as considerações de Martinz Aguiar. É interessante também observar que o autor (1974, p.44-5), apesar de não acreditar numa classificação semântica do advérbio, acaba oferecendo quatro delas, num crescendo que abrangerá quase todas as classes gramaticais, além de toda a oração:

- a) Advérbio é a palavra invariável que modifica o verbo, o adjetivo, o pronome, o numeral e o próprio advérbio;
- b) O advérbio modifica preposições e conjunções;
- c) O advérbio modifica toda classe gramatical, excetuando-se o artigo e a interjeição;
- d) O advérbio pode modificar toda a oração, e não apenas esta ou aquela palavra.

O trajeto conceitual de Macambira ilustra bem o percalço interpretativo por que, ao longo da história da gramática, passaram e passam os estudiosos em busca de uma solução “semântica” para a definição da classe dos advérbios. Se se pudesse sintetizar esse périplo investigativo num conceito universalmente válido, embora também discutível, postular-se-ia para tal classe o seguinte: é advérbio qualquer palavra invariável que modifica qualquer classe gramatical.

Moura Neves (2000, p. 13) aceita o arcabouço terminológico da NGB por questão meramente pragmática, ou seja, “[...] apenas porque o leitor ou consulente comum, sem ser conhecedor do assunto, vai poder situar-se na sua busca, para

chegar ao que quer saber.” Começa, todavia, o seu processo de distanciamento da NGB já na apresentação da obra (2000, p. 13), quando, ao discriminar as bases teóricas de sua análise, elege como “unidade maior de funcionamento da língua” o texto:

os limites da oração bloqueiam a consideração do funcionamento das unidades da língua. Isso significa que a interpretação das categorias linguísticas não pode prescindir da investigação de seu comportamento na unidade maior – o texto –, que é a real unidade de função.

O nível frásico, de pináculo da investigação no universo conceitual da NGB, passa a ser mais um dos patamares hierárquicos de análise dos usos da língua. Sustenta ainda a sua concepção de leitura dos fenômenos linguísticos a seguinte premissa: “os itens são multifuncionais”. Com isso, quer ela dizer (2000, p. 15) que os “[...] constituintes de uma construção entram [ou podem entrar] em mais de uma configuração construcional.”

Sob a óptica de Moura Neves, a classe dos advérbios arrebanhou a maior parte dos vocábulos que convencionou a NGB chamar palavras denotativas. De muitas formas exaustiva, a sua investigação dessa classe, partindo do sintagma, atravessa a oração, e desemboca no enunciado.

O advérbio, de acordo com a sua forma, pode ser simples ou perifrástico. Conforme a sua natureza, morfologicamente é invariável, salvo os senões de registros mais distensos. Sintaticamente, consoante as suas subclasses, como já se comentou, é um termo periférico, em órbita de um núcleo. Assinala a autora que, funcionalmente, os advérbios são uma classe heterogênea, que se subdivide em duas grandes subclasses semânticas, a dos modificadores e a dos não-modificadores. Estes (2000, p. 238) “[...] não afetam o significado do elemento sobre o qual incidem [...]”, são os advérbios de afirmação, de negação, de lugar, de tempo, de inclusão, de exclusão, de verificação e os juntivos (as conjunções coordenativas, com exceção de *mas*, e as conclusivas da NGB). Aqueles (2000, p. 236) “[...] afetam o significado do elemento sobre o qual incidem, fazendo uma predicação sobre as propriedades desses elementos [...]”, incorporam os de modo, os intensificadores (os de intensidade da NGB ou gradativos de Oiticica, se acompanharem adjetivos) e os modalizadores (palavras denotativas de afetividade

ou de apreciação, ou ainda advérbios oracionais, conforme a NGB e seus gramáticos).

São de interesse para o estudo que ora se desenvolve os modalizadores, em que se encaixarão as denotativas de afetividade, e os não-modificadores de inclusão, de exclusão, de afirmação e de negação e os juntivos, por razões diferentes, mas convergentes.

Os modalizadores denunciam estratégias que o falante imprime em seu enunciado, conforme a validade e o valor que lhe deseja emprestar. Modaliza-se, então, segundo Moura Neves, um enunciado, a fim de avaliar o seu valor de verdade (os advérbios epistêmicos), de assinalar um dever (os deônticos), de “[...] restringir o domínio [os delimitadores], definir a atitude [os afetivos] e avaliar a própria formulação linguística.” (2000, p. 237-8)

Observar-se-ão aqui, primeiramente, os modalizadores afetivos ou atitudinais, que expressam as reações emotivas do falante. Para Moura Neves (2000, p. 238), distribuem-se tais modalizadores por duas categorias, de acordo com a “..disposição de espírito em relação ao que é afirmado ou negado.” Uma dessas categorias é inferida através da subjetividade impressa no enunciado, uma vez que revela “[...] simplesmente as emoções ou sentimentos do falante, como felicidade, curiosidade, surpresa, espanto; a outra, através da intersubjetividade, que revela “[...] um sentimento que se define pelas relações entre falante e ouvinte, como por exemplo, sinceridade, franqueza.”

Nas frases a seguir, os vocábulos em negrito remetem à avaliação do enunciador sobre o enunciado que produz, em a e b; e, nas duas outras, os vocábulos evocam a dialética falante-ouvinte:

- a) **Lamentavelmente**, não recebeu a proposta a tempo.
- b) A decisão, **espantosamente**, agradou a todos.
- c) **Sinceramente**, não sei o que faço contigo.
- d) Não pude, **honestamente**, mudar o meu voto.

Os não-modificadores de exclusão e de inclusão desempenham a função de focalizadores da parte do enunciado “[...] que vem a seguir, isto é colocam-na como foco da mensagem.” (2000, p. 241) São apresentados em exemplos da categoria de exclusão somente, só e apenas; entre os de inclusão, encontram-se também,

inclusive e até. O foco chama a atenção para o que será dito e procura suscitar em o que ouve a réplica ou o assentimento, sua característica primeira talvez seja a de retirar do enunciado eventual caráter neutro, dando-lhe contornos autorais de cunho “judicativo”.

Em relação aos advérbios não-modificadores de afirmação e de negação, Moura Neves enquadrá-os numa subclasse, consignando que eles não só *operam sobre o valor de verdade da oração*, como também, sozinhos, podem funcionar com *estatuto de enunciado* (2000, p. 238). A complexidade funcional desses dois tipos de advérbio parece corroborar a intuição de Oiticica, que os afastou da classe dos advérbios. Moura Neves (2000, p. 241) também reconhece uma categoria “pré-NGB” de advérbios: os **juntivos** (adversativos e conclusivos). Tais advérbios “[...] operam conjunção de orações e referem-se a alguma porção da oração ou do sintagma anterior [...]”, o que lhes dá valor anafórico. Considera, contudo, tais advérbios em processo de gramaticalização que os aproximará das conjunções coordenativas. Oiticica, por sua vez, reconhece a força adversativa das palavras porém, contudo, todavia, entretanto, não obstante, etc., mas não capitula para elas papel adverbial, enquadrando-as entre as partículas concessivas; as conclusivas são para ele conjunções.

A NGB privilegia o liame entre as orações que tais vocábulos sinalizam, daí abrigá-las entre as conjunções. A exaustiva e preocupada descrição da classe dos advérbios efetuada por Moura Neves parece confirmar o ponto de vista de Mário Perini. Segundo o linguista, o rótulo advérbio reúne, na verdade, diversas classes, o que torna difícil estabelecer uma classe que abarque a totalidade ou a maioria dos itens tradicionalmente chamados “advérbios”.

Koch e Travaglia (1989, p. 81-8), nas pegadas de Grosz, comentam as condições de existência da focalização num enunciado. Como ponto de partida, asseveram que a focalização está relacionada com o conhecimento de mundo e o conhecimento partilhado entre locutor e interlocutor. No diálogo, ambos “[...] focalizam sua atenção em pequena parte do que sabem e acreditam, e a enfatizam.” Dá-se, então, a focalização, ou seja, o processo de organização de condições para que locutor e interlocutor entabulem trocas comunicativas, através da delimitação no enunciado daquilo que, depois de sublinhado pelo locutor, deverá ou poderá ser comentado pelo interlocutor. Para Koch e Travaglia, dentre os fatores que

determinam a focalização, “[...] o mais forte [talvez] seja o interesse e a história dos indivíduos.” Ressaltam, ainda, que a focalização depende dos objetivos traçados por quem a produz.

A focalização é um mecanismo que incorpora o linguístico e o extralinguístico, permitindo a assunção da “consciência de si mesmo” na rede de enunciados. Os focalizadores são, então, marcadores das posições assumidas pelo indivíduo nos enunciados que produz a respeito da matéria tratada. É fácil compreender que, pela focalização, se propõe o locutor como sujeito e, dialeticamente, convoca o seu interlocutor, em seu turno, a fazer o mesmo. Lembra ainda a focalização a rede dialética que, segundo Benveniste (1988, p.286) se entretetece entre locutor e interlocutor:

Essa polaridade não significa igualdade nem simetria: ego tem sempre uma posição de transcendência quanto a tu; apesar disso, nenhum dos dois termos se concebe sem o outro; são complementares, mas segundo uma oposição “interior/exterior”, e ao mesmo tempo são reversíveis.

Lança mão o emissor de procedimentos linguísticos, como o emprego dos denotadores de exclusão ou de inclusão, ou de conhecimento partilhado linguístico e não-linguístico, a fim de que se produza esse efeito de delimitação de pessoa na massa dos enunciados. Através dele, instala-se o que Benveniste (1988, p. 290) denomina “[...] ‘subjatividade’ na linguagem [que] ... cria na linguagem e, [acredita ele], igualmente fora da linguagem, a categoria da pessoa.”

A focalização objetiva, então, o estabelecimento de um campo comum de entendimento que possibilita, caso o reconheçam e aceitem ambos os intervenientes no diálogo, a apropriação, a passagem do enunciado do plano da história para o plano do discurso.

Para Benveniste (1988, p. 262), o plano da história teria como característica “[...] a apresentação dos fatos sobrevividos a um certo momento do tempo, sem nenhuma intervenção do locutor na narrativa (...) a narrativa histórica (...) é o modo de enunciação que exclui toda forma linguística ‘autobiográfica’[...]”. O plano do discurso teria como traço de singularização “[...] a enunciação que suponha um locutor e um ouvinte e, no primeiro, a intenção de influenciar, de algum modo, o outro [...]”, vale dizer, do objetivo para o subjetivo. Os marcadores de foco são instrumentos linguísticos cujo escopo se amplia à dimensão do discurso e

fundam o sujeito na malha discursiva, individuando enunciados e reportando-os aos seus enunciadores.

A mobilização de elevado número de critérios discriminatórios, que (con)funde níveis hierárquicos de organização do enunciado, leva à caracterização de subclasses com pouco número de constituintes e à certeza de que não se trata de componentes da mesma classe. A própria noção de classe corre o risco de perder a sua operacionalidade. Não cumpre, assim, o objetivo básico de qualquer classificação: agrupar numa mesma rubrica as palavras e expressões cujo comportamento gramatical seja semelhante. Se já não era fácil identificar advérbios a partir da aplicação dos critérios da NGB, por exemplo, menos fácil ainda é identificá-los de posse do avantajado rol de traços distintivos das propostas dos linguistas pós-NGB.

Ao investigar as relações mantidas pelos períodos no discurso, que obrigam o estudioso a considerar a linguagem, não como um objeto estático, mas como um meio dinâmico de exprimir intencionalmente um sentido, José Carlos Azeredo (1990, p. 120) identifica três categorias discursivas: a) a modalidade (relações com o interlocutor e o conteúdo); b) a referência (relações com o tempo e o espaço) c) a polifonia (relações com outros textos/discursos).

A categoria modalidade, que expressa tanto “[...] as apreciações do locutor sobre o conteúdo proposicional da oração como os seus interesses e intenções quanto as tarefas da enunciação [...]” (1990, p. 124), abarcaria as palavras denotativas da NGB. Sobre algumas delas esboça Azeredo uma análise que parece aceitar, pelo menos como ponto de partida, a proposta da NGB de discriminação desse grupo especial. Embora não as capitule como palavras denotativas, parece aceitar que deverão ser listada numa classe “à parte”. Com base na classificação de Celso Cunha, comenta as denotativas de inclusão; as de exclusão, para ele, de restrição ou de seleção; a de designação; e a de realce.

Ressalta o autor (1990, p. 125) que elas não são sintaticamente “[...] núcleos de nenhuma construção, nem palavras modificadoras [...]” e apresentam como característica o fato de situarem-se “na fronteira dos sintagmas”, o que assim exemplifica:

- a) **Até** Juvêncio compareceu à reunião. (precede o sintagma nominal)

- b) Juvêncio **até** compareceu à reunião. (precede o sintagma verbal)
- c) **Apenas** ele reclamou do juiz. (precede o SN)
- d) Ele **apenas** reclamou do juiz. (precede o SV)
- e) Ele reclamou **apenas** do juiz. (precede o sintagma preposicionado)

São marcadores de foco, “[...] exprimindo certas informações que o locutor considera relevantes por serem “novas” para o ouvinte.” Estabelecem as denotativas de exclusão e as de seleção ou relações de “[...] implicação e/ou pressuposição com outros enunciados” ou introduzindo no discurso “[...] o julgamento do locutor sobre certas situações ou fatos e implicam outros enunciados.” A de designação eis introduz “[...] um fato como algo repentino ou inesperado”; e a denotativa de realce é que tem como função expressar um “[...] contraste entre uma informação explícita e outra(s) implícita(s) ou constante(s) de outro discurso.” (1990, 125)

Azeredo (2000, p. 206) parece alocar as palavras denotativas na classe dos advérbios. Ao discriminar as propriedades sintáticas dos sintagmas adverbiais, “[...] constituintes de uma estrutura maior, cujo núcleo acompanha[m] como termo adjacente [...]”, discerne cinco subfunções a que se integrarão os advérbios, de acordo com a estrutura maior de que fazem parte:

- a) adjunto oracional – adjacente a uma oração;
- b) adjunto verbal – adjacente ao verbo;
- c) adjunto secundário – adjacente ao adjetivo ou outro advérbio, os quais intensifica, modaliza ou delimita a sua referência;
- d) adjunto livre – adjacente a qualquer espécie de sintagma, particulariza uma “informação em nome de um propósito argumentativo ou enfático do enunciador”;
- e) adjunto conjuntivo – adjacente ao SV, “estabelece algum tipo de relação lógica com a parte precedente do enunciado”.

Duas são as subfunções em que se enquadrariam as palavras denotativas: a de adjunto oracional e a de adjunto livre. Caso se leve em conta a proposta de Oiticica, mais uma subfunção poderia ser apontada, a dos adjuntos conjuntivos.

Os adjuntos livres (2000, p. 208-9) são focalizadores e situam-se quase sempre na órbita do SV, mas podem acompanhar quaisquer sintagmas, destacando-os e incidindo semanticamente sobre eles. O enunciado em que se apresentam “[...] envolve-se em relações com algum outro enunciado ou informação latente.”

Os adjuntos conjuntivos (2000, p. 209) funcionam como “[...] instrumento de coesão textual e pressupõem alguma porção de sentido precedente no discurso ou texto [...]”, em relação à qual a porção a que eles se *unem* expressa algum tipo semântico de progressão textual. Eles encampam a nomenclatura de José Oiticica (1947, P.51-55):

- a) conjunções coordenativas conclusivas – portanto, pois, por isso.
- b) palavras concessivas – contudo, entretanto, todavia, não obstante.
- c) palavras corretivas – na verdade, ou melhor, (ou) por outra, pelo contrário, aliás.
- d) palavras afirmativas – com efeito, efetivamente, realmente, de fato.
- e) explicativas – isto é, a saber, ou seja, por exemplo.
- f) aditivas – além do mais, além disso, igualmente.

Os adjuntos oracionais (palavras denotativas da afetividade) são constituintes do enunciado, o que lhes garante excepcional mobilidade. O enunciador revela através deles o grau de comprometimento com o que expressa a oração, “[...] o efeito psicológico que o conteúdo da oração lhe causa e define o ponto de vista ou domínio de conhecimento do qual depende a validade do conteúdo da oração.” (2000, p. 207)

Em seu estudo sobre a posição dos advérbios nas sentenças, Rodolfo Ilari et al. (1990, p. 65) procuram discutir as duas posições, “[...] até certo ponto inconciliáveis, que a tradição gramatical [...]” reserva para os advérbios nas sentenças:

de um lado espera-se que os advérbios ocorram, nas orações que adotam a chamada “ordem direta”, depois dos termos integrantes do predicado; de outro, representa-se o advérbio como usufruindo, no interior da oração, de relativa mobilidade.

Assinalam os investigadores, capitaneados por Ilari (1990, p. 65), que “[...] são elas evidentemente erradas quando referidas à classe dos advérbios como um todo..., [embora sejam corretas], ...se sofrerem algumas depurações.” Não se nega o valor do estudo, inclusive far-se-ão mais adiante registros sobre alguns de seus aspectos, mas *a priori* não se pode deixar de ponderar a respeito da também evidente má vontade para com a “tradição gramatical”.

Além de tratarem de diferentes representações da língua — a tradição gramatical enfoca determinada modalidade primordialmente escrita; o estudo, uma das múltiplas feições da língua falada —, ou seja, ao observarem uma e outro objetos distintos, embora análogos, produzir-se-ão, com certeza, resultados analíticos diferentes, não se notou em nenhuns autores pré ou pós-NGB compulsados a “prescrição” de tais comportamentos sintáticos para o advérbio. Aliás, a própria formulação da “regra” (*espera-se que*) pelos estudiosos confirma certa dose de prevenção contra a chamada tradição gramatical: se os gramáticos tradicionais esperam, é claro que se não trata de regra, mas de opção, de virtualidade, para se usar termo mais de acordo com os novos tempos. Registrado o senão, que se parta para o que de interessante tem a análise de Ilari et al.

Depois de revisitarem os critérios tradicionais de caracterização do advérbio, a invariabilidade no plano morfológico, as relações sintáticas com o verbo, o adjetivo e outro advérbio, a capacidade semântica (nocional) de indicar circunstância e modificação, Ilari et al incidem (1990, p. 68) na crítica do conceito de modificação, como o entende a gramática tradicional:

segundo a gramática tradicional, as relações sintáticas têm por correlato semântico a modificação do sentido das palavras. Assim, normalmente, se define o advérbio como modificando a ideia expressa pelo verbo ou denotando as “circunstâncias” em que se dá o processo a que ele faz referência.

A noção de modificação, com suas implicações semânticas, não é patrimônio só da tradicional visão gramatical, reaparecendo nos estudos revisionistas, ainda que travestida do pretenso rigor da ciência linguística. Nunca fica muito claro, por exemplo, o que pretendem conceituar os novos investigadores com a categoria modificador, não há também aí nítido substrato semântico? Aliás, há mesmo diferença entre modificador e predicativo (1990, p. 89), termo que propõem, além do matiz sintático?

assim como o verbo ou o adjetivo atribuem uma ação ou uma propriedade ao sujeito, o advérbio predicaria uma propriedade da qualidade ou ação que se atribui ao sujeito: assim, em “João caminha lentamente”, descreve-se como sendo lenta a ação de caminhar que se atribui a João.

Reconhecem os estudiosos que a tradicional conceituação, ainda que “intuitiva”, é válida para estabelecer, pelo menos parcial e erraticamente, as

distinções entre o advérbio e as outras classes de palavras. Não obstante, lembram Ilari *et al.* que, quando se lhes defrontam palavras que se não quadram a tais critérios, as gramáticas, “[...] num tratamento até certo ponto inconsequente, confundindo ocorrências particulares e em alguns ambientes sintáticos [...]” de determinadas palavras com plena manifestação dos traços pertinentes da caracterização dos advérbios, nomeiam-nas ainda assim advérbios (1990, p. 69).

Abrem Ilari *et al.* uma rubrica para comentário dos advérbios que não atendem os critérios tradicionais. Citam, então, os dêiticos, tradicionalmente advérbios de lugar/advérbios de tempo, que para eles “[...] desempenham um papel de sinalização [...]” (1990, p. 78); os intensificadores, cujas propriedades sintáticas os “[...] aproximam dos [pronomes] indefinidos neutros [...]” (1990, p. 79); e os advérbios de verificação, alguns terminados em *-mente*, que modificam “[...] nomes, numerais ou sintagmas introduzidos por preposição ou conjunção.” (1990, p. 79).

Aponta tal investigação (1990, p. 79) para o “[...] estabelecimento de duas dimensões para a classificação das expressões tradicionalmente reconhecidas como advérbios [...]”: a dos segmentos sintáticos e a das “funções” que os chamados advérbios desempenham. Como corolário, afirmam os estudiosos (1990, p. 80) que “[...] o advérbio **não** é uma classe de palavras com características morfossintáticas uniformes.” Propõem, então, os autores que se verifique o comportamento do advérbio em ambientes mais abrangentes que a própria sentença, daí a visão interpretativa do advérbio como constituinte da oração, do advérbio no âmbito da sentença e do advérbio no discurso. Para este último caso, as relações são de natureza coesiva; para os dois primeiros, são de natureza estrutural.

Os autores (1990, p. 90) ainda dividem “semanticamente” os advérbios em não-predicativos, aqueles que, não afetando o “[...] núcleo do sentido dos verbos e do[s] adjetivo[s], agregam circunstâncias [...] ou indicações sobre os limites da proposição com eles construída [...]”; e os predicativos, que afetam o “[...] núcleo significativo do verbo e do adjetivo.” Na série dos predicativos, encontram-se os advérbios qualitativos de adjetivos, verbos e outros advérbios; os intensificadores (as “palavras gradativas” de Oiticica), os sentenciais e os aspectualizadores (geralmente, normalmente, diariamente etc.). Entre os não-predicativos, inscrevem-se a negação, a inclusão, a exclusão e a focalização, reunidas na rubrica dos advérbios de verificação. Prossegue o precioso estudo com observações sobre o

comportamento sintático-semântico dos advérbios, que, embora valiosas, não interessam à substância da presente investigação, de vez que já se parece configurada a interpretação para o fenômeno linguístico estudado. Consignar-se-ão, todavia, alguns comentários sobre a posição dos advérbios de exclusão e os de inclusão, além dos de focalização. Quanto a esses advérbios, que põem em jogo “noções de pressuposição e asserção e de universo de discurso” (1990, p. 111), as considerações dos autores parecem corroborar o que antes se dissera sobre eles, com linguajar menos científico. Lançando mão da noção de “[...] escopo – o conjunto de conteúdos afetados por algum operador” (1990, p. 104) –, os autores verificam que:

a) [o escopo desses advérbios] “...varia bastante, embora coincida geralmente com um dos constituintes posicionados à sua direita...” (1990, p. 109):

a.1) Só (afeta) João saiu. (e não saiu Pedro)

a.2) João só (afeta) saiu. (e não fugiu)

a.3) João saiu só (afeta) com Maria. (e não com Marília)

b) alguns advérbios de exclusão e de inclusão ou de focalização “...incidem tanto sobre o constituinte que se segue como sobre o que precede...” (1990, p. 134)”, o que torna difícil definir sobre que termo ele incide, gerando um enunciado ambíguo:

b.1) Ainda tem pessoas... que entraram com um novo mandado de segurança... não sei **exatamente** alegando o quê. (o escopo de exatamente pode tanto ser alegando como o quê)

Ao estudar os valores semânticos e textuais dos advérbios, Werner Thielemann (1999) registra que estudos mais recentes preferem denominá-los “operadores”, visto que são unidades cujo “escopo” está para além da organização sintática e dos planos discursivos. Thielemann ressalta, como a maior parte dos estudiosos, a dificuldade de categorização da classe dentro dos modelos interpretativos tradicionais ou tradicionalizantes e, resumindo, aponta para esse “lugar de todos os lugares” os seguintes traços categoriais (1999, p. 76):

a) apresentar valor denotativo;

b) desempenhar função frásica;

c) formatar atos ilocutórios;

d) conformar processos metadiscursivos.

Considerando o percurso teórico-ideológico de recategorização do advérbio ou da assunção de uma “classe à parte”, o trabalho de Thielemann reflete a multiplicidade especular desse novo “lugar”.

A partir de uma dicotomia funcional e pragmática de valor endocêntrico/exocêntrico do advérbio, Thielemann estabelece dois grandes grupos: os advérbios de funções endocêntricas e os de funções exocêntricas. Estes operam fora do lexema da oração; aqueles, no interior do enunciado.

Reserva-se a denominação adjunto para os advérbios que desempenham função sintática na oração adjuntos [ao molde proposicional]; os que funcionam por cima do nível sintático denominam-se disjuntos, valer dizer, são termos que, dependerem das atitudes do locutor, imprimem marcas subjetivas e pragmáticas ao enunciado. Agregam, portanto, os adjuntos valores intraproposicionais ao enunciado; agem os disjuntos em esferas transproposicionais. Os advérbios exocêntricos, por um lado, sinalizam maneira, escopo, avaliação subjetiva; e, por outro, assinalam avaliações sobre conteúdos, avaliações de enunciação, do ato de dizer. Além disso, são termos conectivos. Seu raio de ação é o enunciado com um todo, caracterizando o comportamento do locutor diante do seu enunciado.

Intrinsecamente ligada a esse papel discursivo, estão tanto a sua mobilidade posicional na frase como a sua liberdade funcional. Não se pode negar que os “disjuntos” assemelham-se aos advérbios de frase da “velha” gramática. Thielemann observa também que esses disjuntos, por sua independência sintática, apresentam entoação distinta, quando se concretiza o enunciado. Estamos, então, em área que diz respeito a um plano que, intuído desde sempre pelos “velhos” gramáticos, marca a modalização, isto é, a impressão do contorno extralinguístico na proposição, e aqui o extralinguístico deve ser entendido como a multiplicidade de, por assim dizer, de descritores epistêmicos, aléticos, discursivos e textuais que enformam a mensagem. Os advérbios exocêntricos são marcadores linguísticos do estar-no-mundo do ser: o factível se transforma em juízos, objeções, proibições, volições, conclusões, justificações, etc., como o fazem as conjunções, o que traz à mente os denotativos concessivos de Oiticica, e aos quais se lhes poderia juntar alguns dos conclusivos.

Seja como for a reflexão pragmática de Thielemann parece, através da linguística, confirmar a “intuição” não só de José Oiticica como também o acerto da

NGB, capitulando como classe à parte os vocábulos que desempenham os papéis transposicionais de que fala o investigador alemão.

Não há como não ver entre as subcategorias descritivas de Thielemann e as rubricas da NGB paralelismo, por assim dizer, nocional. Não são metadiscursivos os denotativos distributivos (primeiramente, depois, finalmente) de Oiticica, que alinham argumentos para justificar ou refutar opiniões? Não são ilocutórios os de explicação (a saber, isto é) da NGB? E o que dizer dos denotativos seletivos (mormente, principalmente), não guardam eles sabor epistêmico? A semelhança entre os de sentimento e os de afetividade é por demais patente. O escopo de Thielemann não são os denotativos de exclusão, por exemplo, de Oiticica e da NGB?

E por que ainda advérbio? Depois da epifania da extensa gama de “modificações” que introduz o que comumente chamam os modernos advérbio, reconhecido por eles como “*uma classe extremamente heterogênea*” (Perini, 1990, p. 134), talvez deva dar-se crédito às palavras de Mário Perini sobre a inexistência de tal classe? O risco maior que se corre, quando se abrigam palavras com distintos comportamentos semântico-sintáticos e discursivos numa mesma classe é a dissolução de seus traços estruturais e estruturantes num “consenso” teórico-prático vistoso, mas confuso. Por que insistir ainda em denominar advérbio algo que, com tal, tão pouco se lhe parece?

Retornam com os modernos, então, as palavras denotativas à esfera dos advérbios, como acreditavam os gramáticos pré-NGB. Não é, deve frisar-se, puro retorno à fonte, pois não se trata da junção de dois discursos, teórica e historicamente distintos, que se fundem a fim de darem conta de dado fenômeno linguístico; por outro lado, contudo, não se pode deixar de perceber a “continuidade descontínua”, que se permita o paradoxo, entre a tradição e a modernidade.

Talvez seja agora o momento para entender o que procurou fazer a NGB, ao criar a classe das palavras de classificação à parte e as suas relações com o advérbio. A NGB afirma que se não devem considerar advérbios as “palavras denotativas”, embora não tenha definido, como também não o fez para nenhuma das outras classes, a própria classe de advérbios. Fê-lo, no entanto, de forma negativa, é verdade, para as palavras denotativas e, ao fazê-lo, reconheceu dialeticamente a adequação da conceituação da classe dos advérbios (ou, pelo

menos, de parte dela) da era pré-NGB, endossando pelo silêncio a tradição gramatical.

Parece, então, lícito deduzir que a NGB aceita a definição semântica de advérbio como a palavra que modifica o verbo, o adjetivo ou outro advérbio, dá-se a sua ação teórico-ideológica no movimento de restrição do espectro de modificação do advérbio, em cotejo com as gramáticas tradicionais. Assim, são invariáveis as denotativas, como o são os advérbios, são modificadores, como também o são os advérbios, mas, e aí reside a novidade, não modificam, nem excepcionalmente, outras classes que não sejam o verbo, o adjetivo ou outro advérbio. Para os acidentes de outras classes e do próprio enunciado, criou a NGB a “classe inominada”, como diz Jairo Dias de Carvalho.

Talvez seja lugar comum criticar o que se poderia chamar impressionismo científico dos velhos gramáticos. Neles, o conhecimento do objeto (a língua) é o resultado da aplicação de um conjunto mais ou menos intuitivo de conceitos (princípios) com o objetivo de ser/estar em continuidade com a matéria estudada, e isso depende da subjetividade do estudioso, daí o registro das diversas denominações para o mesmo fenômeno, como registrou Chediak no caso em tela no início desta dissertação. A NGB, de certa forma, rompe com o calidoscópio interpretativo das velhas gramáticas e se propõe como reflexo único do fazer científico. Não é ela só uma Nomenclatura, é a Nomenclatura. E, como tal, dita o modo de ver e de interpretar o objeto (a língua).

As propostas linguísticas de análise recuperam o poder modificador do advérbio pré-NGB. Retornam os advérbios de exclusão e de inclusão, revigoram-se os advérbios oracionais, minuciosas e complexas tornam-se as análises, que referem ao contexto e à enunciação. Repisa-se mais uma vez o seguinte: não se pode falar em perfilhação entre a tradição pré-NGB e o moderno revisionismo linguístico; todavia observa-se que, por meios outros, confirma o revisionismo contemporâneo a “intuição” analítica dos gramáticos pré-NGB, cujos critérios sintáticos e semânticos de discriminação de classe parecem flunar nas descrições mais modernas das classes em investigação. É, então, surpreendente para muitos verificar que, se chamam à baila as novas correntes de análise dos fenômenos linguísticos o critério sintático da mobilidade posicional do advérbio na frase, também ele é encontrado em gramáticas pré-NGB.

Se alertam para a capacidade de o advérbio expandir o seu poder modificador para outras classes, nada de muito novo, assim o era também na tradição pré-NGB. Caso ressaltam a presença do enunciador no seu enunciado, ponto também para as velhas gramáticas. Diferem, talvez, as duas correntes em um grau, determinado pelas modificações históricas da própria ciência: a sistematicidade, pois, até mesmo a rigorosa preocupação conceitual e descritiva que compartilham, muita vez, no passado, levou e, no presente, leva à enxúndia terminológica. A intuição das gramáticas pré-NGB foi substituída pelo saber já dado do moderno revisionismo.

CONCLUSÃO

Do que se disse, podem alinhar-se algumas considerações sobre o momento gramatical atual que, com certeza, remetem ao fazer gramatical ao longo do século passado como a perenidade da tradição no redesenho do novo quadro de investigação dos fenômenos da língua. Assim, uma categorização provisória da classe das palavras “à parte” não pode desprezar o universo teórico-prático da NGB, não só porque se não depreenderam vantagens para o ensino do afastamento de suas linhas gerais como também porque se fugiu da novidade pela novidade, algo bastante encontradiço em trabalhos contemporâneos.

Nesse percurso semi-histórico sobre o comportamento funcional e conceitual do advérbio, algo que se sobrepõe, e já registrado por gramáticos pré-NGB, é a fluidez morfossintática e discursiva das palavras capituladas como advérbio. A NGB busca, atenta para essa flutuação, rascunha uma “nova classe”, alocando-as como rótulo de palavras denotativas.

Não parece ser equívoco o delineamento dessa nova “classe”, seu efeito dúplice legitima a tradição gramatical e, simultaneamente, aponta um novo continente da investigação linguística: **o do reconhecimento das inflexões sintáticas e discursivas de regras contextuais nos enunciados.**

A presente investigação procurou, assim, neste momento final, estabelecer alguns traços característicos da **classe à parte** aventada pela NGB. Estabeleceu-se como parâmetro de confronto o cânone conceitual do advérbio, haja vista que o advento da classe “das palavras denotativas” configura-se da categorização de diferenças entre o que viam os clássicos como exceções e o que verá a NGB como condições estruturantes da nova classe.

O corpus, embora reduzido, abrange, para a finalidade do estudo, situações-chave entre uma e outra classe, fornecendo informações que se poderão estender, com as convenientes particularidades, às demais circunstâncias e “denotações” das duas classes.

Parece “ponto pacífico”, do ponto de vista morfológico, ser o **advérbio** uma palavra invariável. Semanticamente diz a tradição o advérbio modifica o verbo, o adjetivo ou outro advérbio, matizando no enunciado circunstância objetiva, embora,

mesmo gramáticos da tradição pré-NGB registrem que outras classes que não as elencadas acima possam cair sob o espectro modificativo do dito advérbio, identificam situações que envolvem subjetividade dialética entre o enunciador e o modo como ele encara o enunciado que produz e analisa hipotéticos efeitos no seu interlocutor.

O escopo dessa subjetividade manifesta-se intra e extra-enunciado. E um exemplo bastante mezinho pode ser verificado no emprego dos advérbios terminados em **-mente**, como avaliativos, remetendo para um papel mais propriamente discursivo-pragmático: “**Felizmente**, tudo terminou bem.” O falante produz o enunciado, depois de avaliar positivamente a(s) consequência(s) de um ato. O advérbio não modifica nenhuma palavra em particular, já que se “dirige” a um eventual efeito que poderá causar ao seu interlocutor.

Sintaticamente, a distribuição do advérbio na oração está associada a duas categorias:

a) **circunstância expressa**: os **advérbios de tempo** gozam de maior autonomia posicional que os demais, podendo ocupar variadas posições na oração; os **advérbios de lugar** ocupam, talvez, o segundo posto nessa hierarquia; os **restantes** fixam-se depois do verbo; os **de “intensidade”** vêm imediatamente junto da palavra que modificam, admitindo-se a inserção de advérbios entre eles e os termos que determinam;

b) **presença do sufixo -mente**: os advérbios em **-mente** revelam elevado grau de maleabilidade posicional, distribuindo-se por praticamente todas as posições da oração. Agregam ainda os advérbios em **-mente** a ductibilidade discursiva que assinala na produção do discurso o lugar do dialógico.

Por sua vez, a **classe à parte** é um modificador, que matiza vocábulos e/ou enunciados num contínuo dialético objetivo/subjetivo. Vale lembrar que a noção de modificação, aqui, é compreendida como capacidade de espalhar-se a classes de palavras (substantivos, pronomes, numerais) e até mesmo a segmentos frásicos, afastando-se da convencional definição de advérbio.

As **palavras denotativas** consignam, por um lado, valor judicativo, vale dizer, subjetivo, que o emissor imprime em seu enunciado; por outro, garante o encadeamento lógico-discursivo dos enunciados que se conformam num texto. Os

exemplos abaixo tentam demonstrar a operação reorganizativa de postulados promovida pela NGB, ao assinalar tal “classe”:

- a) **Felizmente**, João (**felizmente**) saiu (**felizmente**) cedo (**felizmente**).
- b) **Só** João saiu cedo de casa.
- c) João **só** saiu cedo de casa.
- d) **Só** João saiu cedo, **aliás**, Matheus também saiu cedo.
- e) **Primeiramente**, saiu João; **depois**, saiu Matheus; **finalmente**, Nathalia também partiu.

De relance, sobreleva-se a diferença comportamental e significativa entre as próprias palavras da classe à parte. Caso se admita o já citado postulado de Oiticica, duas subclasses se hão de admitir que agem umas no interior da oração, enquanto apontam outras para esferas discursivas, em comum ambas tem em conta um hipotético interlocutor cuja função parece ser a de verificar a validade desses enunciados.

Em **a**, encontra-se o que se convencionou chamar advérbio oracional.

Em **b** e **c**, a palavra denotativa age como marcador de foco, isto é, como um instrumento de que se vale o locutor para trazer a primeiro plano um dos termos da oração que deverá ser identificado e comentado por seu interlocutor. Diferentemente do vocábulo denotativo em **a**, o seu deslocamento na oração implica mudança de foco, restringe-se, então, o seu escopo semântico ao termo que lhe imediatamente subsequente.

Em **d**, o vocábulo em destaque desprende-se do plano eminentemente semântico para introduzir uma relação que se pode capitular como discursiva. O termo em destaque assinala uma correção de rumo que o locutor efetua em seu enunciado, expandindo-o, seja a fim de acrescentar algo, seja com o fito de se “desmentir” perante o seu interlocutor.

Em **e**, os termos negrejados assinalam a ordem segundo a qual se desenvolveram ações semelhantes distintos sujeitos, assegurando a coesão das partes do enunciado, de acordo com uma lógica espaço-temporal. Esse procedimento lógico-discursivo é também bastante comum na apresentação do desenvolvimento de determinado tema ou na de argumentos que consolidam dado ponto de vista.

Esse esboço de análise parece comprovar que, ao criar nova classe de palavras, abrangendo vocábulos e expressões que remetem ao universo das relações sintático-semânticas e das discursivas, foi pertinente, do ponto de vista da descrição e interpretação dos fenômenos linguísticos, a “intuição” da NGB.

Como corolário dessa investigação, propõe-se o quadro abaixo de classificação das denominadas palavras à parte segundo dois critérios, de acordo com as sugestões classificatórias de José Oiticica.

Grupo A: palavras ou expressões que indicam predominantemente intervenções do enunciador em seu discurso que o abrem à réplica de eventual interlocutor, são o que se poderia denominar marcadores de foco; e

Grupo B: palavras que indicam predominantemente intervenções lógico-discursivas realizadas pelo enunciador.

Palavras como **eis**, de nítido valor dêitico, e alguns operadores semânticos, argumentativos ou discursivos como **portanto**, **ou**, **outrossim**, palavras de **afirmação negativa** ou **positiva** ficaram de fora desse quadro classificatório provisório, cuja necessidade de rediscussão e de reorganização de forma evidente salta aos olhos.

GRUPO A	GRUPO B
<p data-bbox="228 465 730 539">PALAVRAS OU EXPRESSÕES AVALIATIVAS</p> <p data-bbox="228 577 810 651">mais ou menos, uns, por volta de, quase, algo</p> <p data-bbox="228 689 683 763">PALAVRAS OU EXPRESSÕES DE EXCLUSÃO</p> <p data-bbox="228 801 762 831">só, somente, salvo, apenas, exclusive, senão</p> <p data-bbox="228 869 683 943">PALAVRAS OU EXPRESSÕES DE AFETIVIDADE</p> <p data-bbox="228 981 707 1010">felizmente, ainda bem, lamentavelmente</p> <p data-bbox="228 1048 683 1122">PALAVRAS OU EXPRESSÕES DE INCLUSÃO</p> <p data-bbox="228 1160 754 1234">também, inclusive, mesmo, ainda, até, além disso</p> <p data-bbox="228 1272 683 1346">PALAVRAS OU EXPRESSÕES DE GRADAÇÃO</p> <p data-bbox="228 1384 738 1413">muito, pouco, mais, menos, bastante, tanto</p> <p data-bbox="228 1451 635 1525">PALAVRAS OU EXPRESSÕES COMPARATIVAS</p> <p data-bbox="228 1563 603 1592">como, por assim dizer, digamos</p>	<p data-bbox="834 465 1385 539">PALAVRAS OU EXPRESSÕES DE RETIFICAÇÃO</p> <p data-bbox="930 577 1393 607">aliás, isto é, ou melhor, ou seja, melhor</p> <p data-bbox="834 645 1241 719">PALAVRAS OU EXPRESSÕES DISTRIBUTIVAS</p> <p data-bbox="834 757 1353 786">primeiramente, segundo, finalmente, depois</p> <p data-bbox="834 824 1193 853">PALAVRAS DE SITUAÇÃO</p> <p data-bbox="834 891 1129 920">agora, afinal, então, mas</p> <p data-bbox="834 958 1241 1032">PALAVRAS OU EXPRESSÕES EXPLICATIVAS</p> <p data-bbox="834 1070 1161 1099">como, a saber, por exemplo</p> <p data-bbox="834 1137 1241 1211">PALAVRAS OU EXPRESSÕES CONCESSIVAS</p> <p data-bbox="834 1249 1193 1279">no mínimo, todavia, entretanto</p>

Espera-se que a oportunidade de sua apresentação aos avaliadores de sua adequação aos fenômenos linguísticos que se propôs o estudo discutir enseje a sua reelaboração, corrigindo as suas falhas ou afastando da senda má quem se atreveu a investigar a sua própria língua.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Antônio Martinz de. *Repasse crítico da gramática portuguesa*. Ceará: Universidade Federal do Ceará, 1996.
- ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática metódica da língua portuguesa*. São Paulo: Edição Saraiva, 1955.
- ANTÔNIO, Severino; LEITE, Ricardo; FERREIRA, Mauro; AMARAL, Emilia. *Novas palavras*. Rio de Janeiro: FTD, 2000.
- AZEREDO, José Carlos de. *Fundamentos de gramática do português*. Rio de Janeiro; Jorge Zahar, 2000.
- AZEREDO, José Carlos de. *Iniciação à sintaxe do português*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.
- BALDINI, Lauro José Siqueira. *A nomenclatura gramatical brasileira interpretada, definida, comentada exemplificada*. 112 p. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.
- BECHARA, Evanildo Bechara. Nomenclatura gramatical brasileira; um passo à frente. *Cadernos de Língua Portuguesa*, v. 1, n. 3, 1999.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.
- BENVENISTE, Emile. *Problemas de lingüística geral I*. Campinas: Pontes, 1988.
- BERGO, Vittorio. *Pequeno dicionário brasileiro de gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960
- BOMFIM, Eneida. *Advérbios*. São Paulo: Ática, 1988
- CAMARA JR., Joaquim Mattoso. *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- CAMARA JR., Joaquim Mattoso. *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1976.
- CARVALHO, Jairo Dias. Para a atualização da nomenclatura gramatical brasileira. *Cultura Linguística - Revista do Circulo Linguístico do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, 2. sem. 1982.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Nacional, 1989.
- CHARLIER, Françoise Dubois. *Bases da análise lingüística*. Coimbra: Almedina, 1987
- CINTRA, Luís Filipe Lindley; CUNHA, Celso Ferreira da. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- COSTA, Firmino. *Léxico gramatical*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, [19--].
- CRUZ, José Marques da. *Português prático*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1942.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

- HENRIQUES, Claudio Cezar. *Sintaxe portuguesa para linguagem culta contemporânea*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1997.
- HENRIQUES, Claudio Cezar. Nomenclatura Hoje. *Cadernos de Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, v. 1, n.4, p. 42-49, 1999.
- ILARI, Rodolfo et al. Considerações sobre a posição dos advérbios. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de (Org.). *Gramática do português falado: a ordem*. Campinas: EDUNICAMP, 1990. v.1, p.63-141.
- INFANTE, Ulisses; NICOLA, José de. *Gramática essencial*. São Paulo: Scipione, 1997
- KOCH, Ingedore Villaça. *A coesão textual*. São Paulo: Contexto, 1989.
- KURY, Adriano da Gama. *Português básico*. Rio de Janeiro: Agir, 1965.
- LIMA, Carlos Henrique da Rocha. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: J. Olympio. 1979.
- MACAMBIRA, José Rebouças. *A estrutura morfo-sintática do português*. São Paulo: Pioneira, 1974.
- MACIEL, Maximino. *Gramática descritiva*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1928.
- MELO, Gladstone Chaves de. *Gramática fundamental da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico S/A, 1966.
- MONTEIRO, José Carlos. *Morfologia portuguesa*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1987
- MOURA, Francisco Marto de; FARACO, Carlos Emílio. *Gramática*. São Paulo: Ática, 1987.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. São Paulo: UNESP, 2000.
- NOGUEIRA, Julio. *Programa de português*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.
- NOVO manual de língua portuguesa. Rio de Janeiro: FTD, 1923.
- OITICICA, José. *Manual de análise léxica e sintática*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1947.
- PERINI, Mário A. *Gramática descritiva do português*. São Paulo: Atica, 2001.
- PEREIRA, Eduardo Carlos. *Gramática expositiva*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, [19--].
- RIBEIRO, João. *Dicionário Gramatical*. Rio de Janeiro: Clássica de Alves e Comp. Editores, 1889.
- SAVIOLI, Francisco Platão. *Gramática em 14 lições*. São Paulo: Atica, 1981
- SILVEIRA, Alvaro Ferdinando de Sousa da. *Lições de português*. Rio de Janeiro: Presença, 1983.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos; KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *Texto e coerência*. São Paulo: Cortez, 1989.
- THIELEMANN, Werner. Valores semânticos e textuais dos advérbios em português. *Revista do Gelne*, 1999.

ANEXO A**PORTARIA Nº 36, DE 28 DE JANEIRO DE 1959**

O Ministro do Estado da Educação e Cultura, tendo em vista as razões que determinaram a expedição da Portaria nº 152, de 24 de abril de 1957, e considerando que o trabalho proposto pela Comissão resultou de minucioso exame das contribuições apresentadas por filólogos e lingüistas, de todo o País, ao Anteprojeto de Simplificação e Unificação da Nomenclatura Gramatical Brasileira, resolve:

Art.1º - Recomendar a adoção da Nomenclatura Gramatical Brasileira, que segue anexa à presente Portaria, no ensino programático da Língua Portuguesa e nas atividades que visem à verificação do aprendizado, nos estabelecimentos de ensino.

Art.2º - Aconselhar que entre em vigor:

- a) para o ensino programático e atividades dele decorrentes, a partir do início do primeiro período do ano letivo de 1959;
- b) para os exames de admissão, adaptação, habilitação, seleção e do art. 91 a, partir dos que se realizarem em primeira época para o período letivo de 1960.

Clóvis Salgado

ANEXO B

PRIMEIRA PARTE

FONÉTICA

I – A FONÉTICA pode ser: descritiva, Histórica e Sintática.

II – FONEMAS: vogais, consoantes e semivogais.

1. Classificação das vogais

Classificam-se as vogais:

- a) quanto à zona de articulação, em: anteriores, médias e posteriores;
- b) quanto ao timbre, em: abertas, fechadas e reduzidas;
- c) quanto ao papel das cavidades bucal e nasal, em: orais e nasais;
- d) quanto à intensidade, em: átonas e tônicas.

2. Classificação de consoantes

Classificam-se as consoantes:

- a) quanto ao modo de articulação, em: oclusivas, constrictivas: fricativas, laterais e vibrantes;
- b) quanto ao ponto de articulação, em: bilabiais, labiodentais, linguodentais, alveolares, palatais e velares;
- c) quanto ao papel das cordas vocais, em: surdas e sonoras;
- d) quanto ao papel das cavidades bucal e nasal, em: orais e nasais.

III – 1. Ditongos

Classificam-se os ditongos em: crescentes e decrescentes; orais e nasais.

2. Tritongos Classificam-se os tritongos em: orais e nasais.

3. Hiatos.

4. Encontros Consonantais.

NOTA: Os encontros – *ia, ie, io, ua, eu, uo* finais, átonos, seguidos ou não de *s*, classificam-se quer como ditongos, quer como hiatos uma vez que ambas as emissões existem no domínio da Língua Portuguesa: *histó-ri-a* e *histó-ria*; *sé-ri-e* e *sé-rie*; *pá-ti-o* e *pá-tio*; *ár-du-a* e *ár-dua*; *tê-nu-e* e *tê-nue*; *vá-cu-o* e *vá-cuo*.

IV – Sílabas

Classificam-se os vocábulos, quanto ao número de sílabas, em: monossílabos, dissílabos, trissílabos e polissílabos.

V – Tonicidade:

1. Acento: principal e secundário.
2. Sílabas: átonas: pretônicas e postônicas; subtônicas; tônicas.
3. Quanto ao acento tônico, classificam-se os vocábulos em: oxítonas, paroxítonas e proparoxítonas.
4. Classificam-se os monossílabos em: átonos e tônicos.
5. Rizotônico; arrizotônico.
6. Ortoepia.
7. Prosódia.

NOTA: São átonos os vocábulos sem acentuação própria, isto é, os que não têm autonomia fonética, apresentando-se como sílabas átonas do vocábulo seguinte ou do vocábulo anterior. São tônicos os vocábulos com acentuação própria, isto é, os que têm autonomia fonética. Pode ocorrer que, conforme mantenha, ou não, sua autonomia fonética, o mesmo vocábulo seja átono numa frase, porém, tônico em outra. Tal pode acontecer, também, com vocábulos de mais de uma sílaba: serem átonos numa frase, mas tônicos em outra.

SEGUNDA PARTE

MORFOLOGIA

Trata a Morfologia das palavras:

1. Quanto a sua estruturação e formação;
2. Quanto a suas flexões; e
3. Quanto a sua classificação.

I - Estrutura das palavras:

a) Raiz; radical; tema; afixo (prefixo e sufixo); desinência (nominal e verbal); vogal temática; vogal e consoante de ligação.

b) Cognato.

II – Formação das palavras:

1 – Processo de formação de palavras: derivação; composição.

2 – Hibridismo.

III – Flexão das palavras:

Quanto à sua flexão as palavras podem ser:

variáveis ou invariáveis.

IV - Classificação das palavras:

Substantivo	Numeral	Advérbio	Interjeição
Artigo	Pronome	Preposição	
Adjetivo	Verbo	Conjunção	

I – Substantivo

1. Classificam-se os substantivos em:

comuns e próprios;
concretos e abstratos.

2. Formação do substantivo:

primitivo e derivado;
simples e composto.

3. Flexão do substantivo:

a) em gênero: masculino; feminino, epiceno; comum de dois gêneros; sobrecomum.

b) em número: singular e plural;

c) em grau: aumentativo; diminutivo.

II – Artigo

1. Classificação do artigo:

definido, indefinido.

2. Flexão do artigo:

a) gênero: masculino e feminino;

b) número: singular e plural.

III – Adjetivo

1. Formação do adjetivo:

primitivo e derivado; simples e composto.

2. Flexão do adjetivo:

a) em gênero: masculino e feminino;

b) em número: singular e plural;

c) em grau:

Comparativo de igualdade; de superioridade (analítico e sintético); de inferioridade. Superlativo: relativo (de superioridade de inferioridade); absoluto (sintético e analítico).

3. Locução adjetiva.

IV – Numeral

1. Classificação do numeral:

cardinal, ordinal, multiplicativo e fracionário.

2. Flexão do numeral:

em gênero: masculino e feminino;

em número: singular e plural.

V – Pronome

1. Classificação do pronome:

pessoal: reto, oblíquo (reflexivo, não reflexivo); de tratamento; possessivo;	demonstrativo; indefinido; interrogativo; relativo.
--	--

2. Flexão do pronome:

a) em gênero: masculino e feminino

b) em número: singular e plural

c) em pessoa: primeira, segunda e terceira.

3. Locução pronominal.

NOTA: Os que fazem as vezes de substantivos chama-se pronomes substantivos; os que acompanham os substantivos, pronomes adjetivos.

VI – Verbo

1. Classificação do verbo:

regular, irregular, anômalo, defectivo, abundante, auxiliar.

2. Conjugações:

três são as conjugações:

a primeira com o tema terminado em “A”;

a Segunda com o tema terminado em “E”;

a terceira com o tema terminado em “I”.

NOTA: O verbo “pôr” (e os dele formados) constitui anomalia da 2ª conjugação.

3. Formação do verbo:

primitivo e derivado;

simples e composto.

4. Flexão do verbo:

a) de modo:

indicativo, subjuntivo e imperativo;

b) formas nominais do verbo:

infinitivo: pessoal (flexionado e não flexionado), impessoal;

gerúndio;

particípio;

c) de tempo:

presente;

pretérito: imperfeito (simples e composto); perfeito (simples e composto); mais que perfeito (simples e composto);

futuro do presente (simples e composto) e do pretérito (simples e composto).

NOTA: A denominação futuro do pretérito (simples e composto) substitui a de condicional (simples e composto);

d) de número:

singular e plural;

e) de pessoa:

três são as pessoas do verbo: 1ª, 2ª e 3ª;

f) de voz:

ativa; passiva (com auxiliar, com pronome apassivador); reflexiva.

5. Locução verbal.

VII – Advérbio

1. Classificação do advérbio:

a) de lugar; de tempo; de modo; de negação; de dúvida; de intensidade; de afirmação;

b) advérbios interrogativos: de lugar, de tempo, de modo, de causa.

2. Flexão do advérbio:

de grau: comparativo; de igualdade, de superioridade e de inferioridade; superlativo absoluto (sintético e analítico); diminutivo.

3. Locução adverbial.

NOTAS:

a) Podem alguns advérbios estar modificando toda a oração.

b) Certas palavras, por não se poderem enquadrar entre os advérbios terão classificação à parte. São palavras que denotam exclusão, inclusão, situação, designação, retificação, afetividade, realce, etc.

VIII – Preposição

1. Classificação das preposições:

essenciais, acidentais.

2. Combinação.

3. Contração.

4. Locução prepositiva.

IX – Conjunção

1. Classificação das conjunções:

coordenativas: aditivas, adversativas, alternativas, conclusivas, explicativas;
subordinativas: integrantes, causais, comparativas, concessivas, condicionais, consecutivas, finais, temporais, proporcionais e conformativas.

NOTA: As conjunções *que*, *porque*, *porquanto*, etc., ora têm valor coordenativo, ora subordinativo; no primeiro caso, chamam-se explicativas, no segundo, causais.

2. Locução conjuntiva

X - Interjeição

Locução interjectiva.

XI – 1. Palavra. 2. Vocábulo. 3. Sincretismo. Sincrético. 4. Forma variante. 5. Conetivo.

TERCEIRA PARTE

SINTAXE

A – Divisão da sintaxe:

- a) concordância: nominal e verbal
- b) regência: verbal e nominal
- c) colocação.

NOTA: Na colocação dos pronomes oblíquos, adotem-se as denominações de próclise, mesóclise e ênclise.

B – Análise Sintática:

Da Oração:

1. Termos essenciais da oração:

sujeito e predicado.

- a) Sujeito: simples, composto, indeterminado; oração sem sujeito.
- b) Predicado: nominal, verbal, verbo-nominal.
- c) Predicativo: do sujeito e do objeto.
- d) Predicação verbal: verbo de ligação; verbo transitivo (direto e indireto); verbo intransitivo.

2. Termos integrantes da oração:

- a) complemento nominal;
- b) complemento verbal: objeto (direto e indireto);
- c) agente da passiva.

3. Termo acessórios da oração:

- a) adjunto adnominal;
- b) adjunto adverbial;
- c) aposto.

4. Vocativo

Do período

1. Tipos de período:

simples e composto.

2. Composição do período:

coordenação e subordinação.

3. Classificação das orações:

- a) absoluta;
- b) principal;
- c) coordenada: assindética; sindética: aditiva, adversativa, alternativa, conclusiva, explicativa;
- d) subordinada; substantiva: subjetiva, objetiva (direta e indireta), completiva-nominal, apositiva, predicativa; consecutiva, concessiva, condicional, conformativa, final, proporcional e temporal.

As orações subordinadas podem apresentar-se, também, com os verbos numa de suas FORMAS NOMINAIS; chamam-se, neste caso, reduzidas: de infinitivo, de gerúndio, de particípio, as quais se classificam como as desenvolvidas: substantivas (subjetiva etc.), adjetivas adverbiais (temporais etc.).

NOTAS:

1. Coordenadas entre si podem estar quer principais, quer independentes quer subordinadas (desenvolvidas ou reduzidas).

2. Devem ser abandonadas as classificações:

a) de lógico e gramatical, ampliado e inampliado, completo e incompleto, total, parcial, para qualquer elemento oracional;

b) de oração quanto à forma (plena, elítica etc.), quanto ao conetivo (conjuncional, não conjuncional, relativa).

3. Na classificação da oração subordinada bastará dizer-se: oração subordinada substantiva (subjativa etc.); oração subordinada adjetiva (restritiva, explicativa); oração subordinada adverbial (causal etc.).

APÊNDICE

I – Figuras de Sintaxe – anacoluto, elipse, pleonasmo e silepse.

II – Gramática Histórica – aférese, altura (som), analogia, apócope, assimilação (total, parcial, progressiva, regressiva), consonantismo, dissimilação (total, parcial, progressiva, regressiva), ditongação, divergente, elisão, empréstimo, epêntese, etimologia, haplologia, hiperbibasmo, intensidade (som), metáfase, nasalização, neologismo, palatalização, paragoge, patronímico, prótese, síncope, sonorização, substrato, superstato, vocalismo, vocalização.

III – Ortografia – abreviatura, alfabeto, dígrafo (grupo de letras que representam um só fonema. Ex.: *ch* (chave), *gu* (guerra), *qu* (quero), *rr* (carro), *lh* (palha), *ss* (passo), *nh* (manhã); homógrafo, homônimo, letra (maiúscula e minúscula). Notações léxicas: acento agudo, grave, circunflexo, apóstrofo, cedilha, hífen, til e trema, sigla.

IV – Pontuação – aspas, asteriscos, colchete, dois-pontos, parágrafo (§), parênteses, pontode exclamação, ponto de interrogação, ponto e vírgula, ponto final, reticências, cedilha, travessão, vírgula.

V – Significação das palavras – antônimo, homônimo, sentido figurado.

VI – Vícios de linguagem – barbarismo, cacofonia, preciosismo, solecismo.

ÍNDICE ONOMÁSTICO

AGUIAR, Martinz 9, 24, 32, 39, 40, 46, 47, 58

ALI, Said 19, 45

ALMEIDA, Napoleão Mendes de 31, 37, 47, 52

AMARAL, Emília 50

ANTÔNIO, Severino 50

AZEREDO, José Carlos 22, 24, 28, 35, 46, 47, 63, 64

BAIN, 14

BALDINI, Lauro 13, 14

BECHARA, Evanildo 13, 19, 21, 27, 35, 38, 50, 52, 53, 54

BECKER, 13

BENVENISTE, Emile 62

BERGO, Vittorio 39

BRACHET, 13

BOMFIM, Eneida 44, 45

BRUNOT, 13

CÂMARA Jr, Mattoso 22, 23, 24, 38, 39, 53

CARVALHO, Jairo Dias de 19, 71

CHEDIAK, Antônio José 11, 12, 15, 71

CEGALLA, Domingos Paschoal 50, 53

CINTRA, Luiz Felipe Lindley 49, 50

COSTA, Firmino 33

CUNHA, Celso Ferreira da 11, 49, 50, 63

CRUZ, Marques da 32, 37, 38

DUBOIS-CHARLIER 34

EGGER 13

ELIA, Silvio Edmundo 11, 41

FARACO, Carlos Emílio 39, 48, 49, 50

FERREIRA, Mauro 50

FILHO, Cândido Jucá 11, 17

FOUCAULT, Michel 15

FREITAS, Horácio Rolim 12, 18

GREIMAS, 41

GROSZ, 61

GUTERRES, Olmar 12, 18

HALLIDAY, Michael 46

HENRIQUES, Claudio Cezar 11, 12, 15, 19, 29, 56

HOLMES, 13

HOUAISS, Antônio 41

INFANTE, Ulisses 39

ILARI, Rodolfo 65, 66, 67

KOCH, Ingedore Villaça 47, 61

KURY, Adriano da Gama 51, 52

LEITE, Ricardo 50

LIMA, Carlos Henrique da Rocha 11, 16, 41, 51, 53

MACAMBIRA, José Rebouças 57, 58

MACIEL, Maximino 31, 34, 35, 36, 45, 53

MASON, 13

MELO, Gladstone Chaves de 17

MONTEIRO, Clóvis do Rêgo 11

MONTEIRO, José Lemos 17

MOURA, Francisco Marto de 39, 40, 47, 48, 49, 50

NASCENTES, Antenor 11

NESFIELD 57

NEVES, Maria Helena Moura 23, 24, 40, 47, 58, 59, 60, 61

NETO, Serafim da Silva 11

NICOLA, José de 39

NOGUEIRA, Júlio 36, 39, 44, 47, 53

OITICICA, José 9, 19, 36, 38, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 50, 51, 52, 53, 54, 59, 61, 64, 65, 67, 69, 70, 75, 76

PEIXOTO, Almir Câmara de Matos 41

PEREIRA, Eduardo Carlos 31, 32, 36, 37, 38, 48, 71

PERINI, Mário 13, 25, 31, 46, 70

RIBEIRO, João 31, 39

SALGADO, Clóvis, 11, 16, 80

SAVIOLI, 50

SILVEIRA, Sousa 32, 33, 36

THIELEMANN, Werner 68, 69, 70

TRAVAGLIA, 61

WHITNEY, 13